



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Justiça em Números

Relatório

Coordenadoria de Estatística TJPA

Um gráfico decorativo no formato de um cubo 3D, com faces em tons de azul, cinza e branco, criando uma sensação de profundidade e volume. O ano 2013 está inscrito em uma das faces.

2013



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
PANORAMA GERAL	5
PANORAMA NACIONAL DOS RESULTADOS POR PORTE	9
ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE COMPARADA DA JUSTIÇA (IPC-Jus)	19
JUSTIÇA ESTADUAL - VARIÁVEIS E INDICADORES	22
INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAU DE UTILIZAÇÃO	22
Recursos Financeiros: Despesas	22
Variáveis	22
Indicadores	24
Recursos Financeiros: Receitas	25
Variáveis	25
Indicadores	26
RECURSOS HUMANOS E RECURSOS FÍSICOS	28
Recursos Humanos	28
Variáveis	28
Indicadores	31
Recursos Físicos	32
Indicador	32
LITIGIOSIDADE	33
Consolidado: 2º Grau, 1º Grau, Turmas Recursais e Juizados Especiais	33
Variáveis	33
Indicadores	35
2º Grau	37
Indicadores	37
1º Grau	38
Variáveis	38
Indicadores	41
Turmas Recursais	44
Variáveis	44
Indicadores	47
Juizados Especiais	48
Variáveis	48
Indicadores	50
RECORRIBILIDADE	54



2º Grau	54
Indicadores	54
1º Grau	55
Indicadores	55
Turmas Recursais	56
Indicador	56
Juizados Especiais	56
Indicadores	56
REFORMA DE DECISÃO	58
2º Grau	58
Indicador	58
1º Grau	58
Indicador	58
Juizados Especiais	59
Indicador	59
ACESSO À JUSTIÇA E PERFIL DAS DEMANDAS	59
ACESSO À JUSTIÇA	59
Indicadores	59
PERFIL DAS DEMANDAS	60
Indicadores	60



INTRODUÇÃO

Os dados apresentados no Relatório Justiça em Números são utilizados pelo Conselho Nacional de Justiça como fonte estatística para sua atuação nos tribunais em âmbito nacional. O objetivo principal é que sirva como referência para a criação de uma cultura de planejamento e gestão estratégica no Judiciário.

Dessa forma, as informações sistematizadas e analisadas possibilitam um conhecimento amplo capaz de estimular medidas de integração e, por conseguinte, reduzir disparidades regionais.

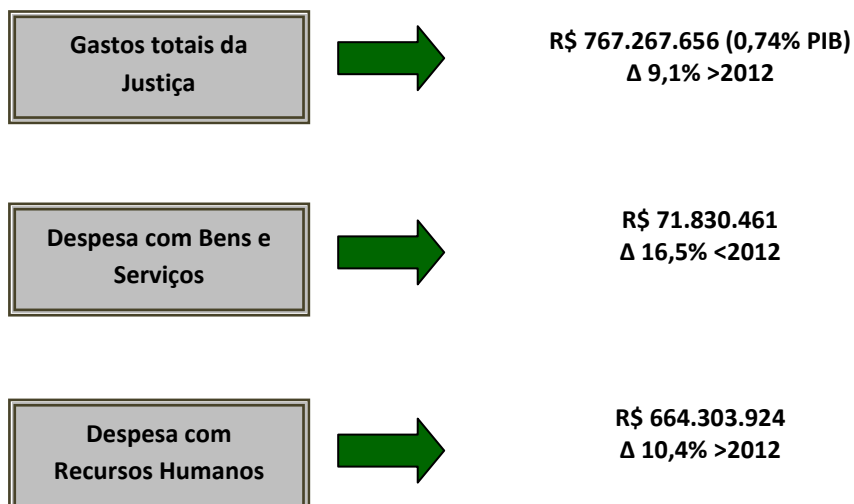
O perfil de cada tribunal é apresentado a partir de várias informações como orçamento, recursos humanos, litigiosidade, congestionamento e produtividade. Com isso, o processo de mensuração do desempenho do Poder Judiciário, além de revelar as particularidades administrativas e institucionais, propicia dados sólidos para a formulação e o planejamento das políticas judiciárias, além de fornecer à sociedade um retrato da estrutura judicial do país.

Nessa direção, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, dotado de interesse e comprometimento em aprimorar os serviços jurisdicionais prestados à sociedade paraense, também busca o aperfeiçoamento contínuo da qualidade no trato informacional, fonte de dados para o Justiça em Números, intensificando a cada ano suas ações de gestão para promover e garantir melhorias significativas no atendimento jurisdicional.



PANORAMA GERAL

ORÇAMENTO



FORÇA DE TRABALHO

Magistrados	Quantidade	Δ(+/-)
2º Grau	29	0,0%
1º Grau	321	8,4%
Turmas Recursais	11	10,0%
Juizados Especiais	54	5,9%
Total Magistrado	375	8,1%

Fonte: Central de Apoio aos Magistrados (CAM)
Tabulação: Coordenadoria de Estatística

O quantitativo de Servidores aumentou 25,4% no ano de 2013.

Servidores	Quantidade	Δ(+/-)
Efetivos	3206	11,4%
Cedidos	37	42,3%
Requisitados	1045	146,5%
Sem vínculo Efetivo	500	5,3%
Terceirizados	753	15,5%
Estagiários	823	49,6%
Conciliadores	37	-58,9%
Total Servidor	5.044	25,4%

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas
Tabulação: Coordenadoria de Estatística



A Despesa do Tribunal de Justiça cresceu no último ano 9,1% em relação ao ano de 2012. Esse aumento está relacionado à alta da despesa com Recursos Humanos em 16,6%.

Com relação aos Magistrados cresceu 8,1% de 2012 para 2013 ressaltando um aumento de 10% para a quantidade de Magistrados das Turmas Recursais.

INDICADORES POR MAGISTRADO

Magistrados	Carga de Trabalho	Δ(+/-)	Processos Julgados	Δ(+/-)	Índice de Produtividade *	Δ(+/-)
2º Grau	1.189	9,0%	723	-9,9%	448	-16,6%
1º Grau	2.808	-6,0%	1.363	70,2%	974	-4,7%
Turmas Recursais	720	30,9%	722	607,8%	253	132,1%
Juizados Especiais	1.960	-12,2%	890	-8,9%	949	-1,4%
Total TJPA	2.799	-6,2%	1.372	53,0%	1.012	-4,6%

Fonte: Secretaria de Informática

Tabulação: Coordenadoria de Estatística

Nota: * total de processos baixados em relação ao total de magistrados

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE

Magistrados	Índice de Atendimento à Demanda	Δ(+/-)	Taxa de Congestionamento	Δ(+/-)
2º Grau	96,30%	-10,16%	53,30%	11,89%
1º Grau	142,60%	12,47%	64,70%	-0,30%
Turmas Recursais	45,00%	-0,95%	63,30%	-9,12%
Juizados Especiais	99,10%	1,78%	50,80%	-3,27%
Total TJPA	130,60%	8,72%	63,00%	-0,36%

Fonte: Secretaria de Informática

Tabulação: Coordenadoria de Estatística

Quanto a Carga de Trabalho houve uma queda de 6,2% para o TJPA em 2013. Esse fato está relacionado à redução no Total de Recursos Internos (22,5%) e no Total de Incidentes em Execução Pendentes (27,6%).

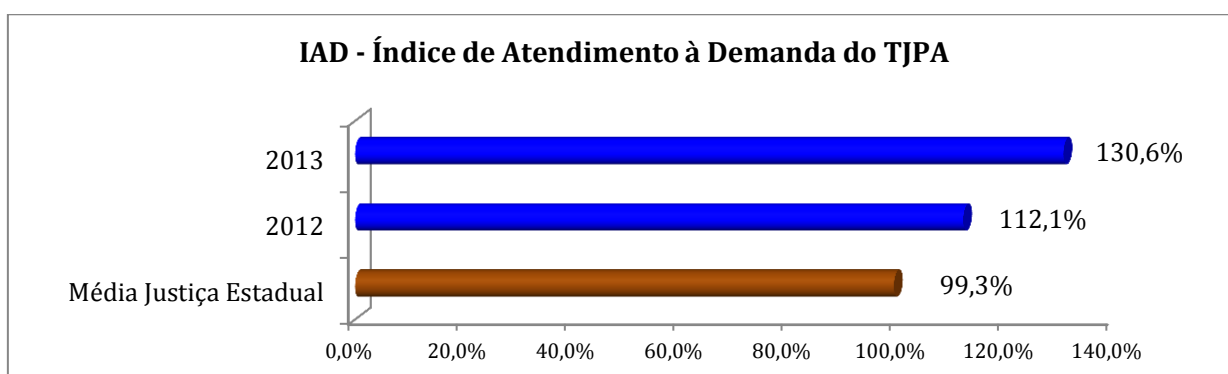


Um destaque é o indicador de processos julgados por magistrado que obteve um aumento de 53,0% no ano de 2013 comparado ao ano anterior. As Turmas Recursais passaram por um grande salto de 607,8%. Esse pico está relacionado ao aumento de 679,8% na variável Total de Decisões que põem fim à relação processual na Turma Recursal, em consonância com o crescimento de 10% no número de magistrados.

No que se refere ao índice de Produtividade, houve uma discreta redução de 4,6%, por conta do aumento no quantitativo de magistrados na ordem de 8,1% e apenas 3,1% no incremento dos processos baixados no ano.

A novidade este ano, quanto à nomenclatura, é o Índice de Atendimento à Demanda, conhecido anteriormente por Processos Baixados por Casos Novos. O TJPA apresentou um excelente resultado de 130,6% (gráfico 1).

Gráfico 1



Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

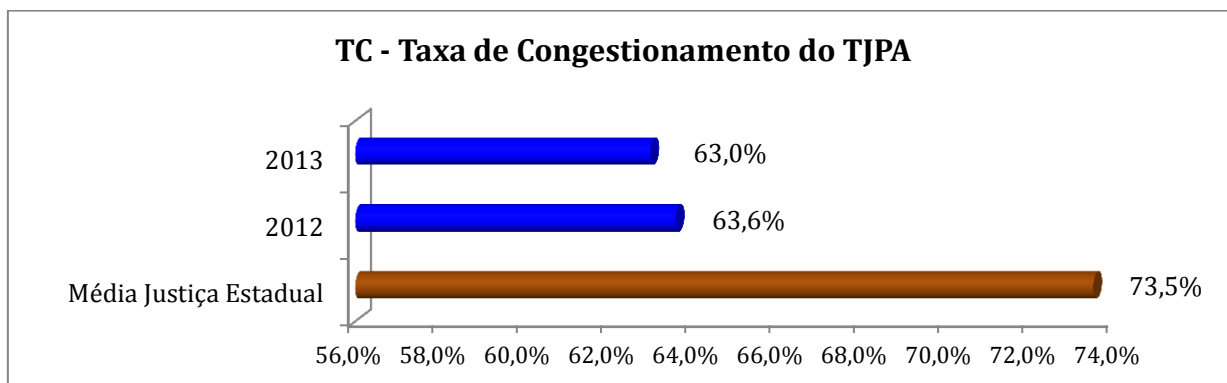
A Taxa de Congestionamento tem como objetivo medir a efetividade do Poder Judiciário, levando-se em conta o total de casos novos que ingressaram, os processos baixados e o estoque pendente do final do período anterior ao da análise. Quanto menor for o indicador, mais eficiente é o serviço prestado à sociedade. Para isso, as Unidades do Poder Judiciário precisarão realizar esforços para que a quantidade de baixas seja superior ao número de processos distribuídos.

O TJPA apresentou destaque na quantidade de processos baixados, em que no ano em análise (2013) registrou crescimento de 3,1%, quando comparado ao ano anterior. Esse comportamento repercutiu positivamente na Taxa de Congestionamento de 63%.



Entretanto, a redução no índice ainda foi discreta de 0,6 pontos percentuais por conta dos processos pendentes, que tiveram alta de 7,8% (gráfico 2).

Gráfico 2



Fonte: Secretaria de Informática do TJPA



PANORAMA NACIONAL DOS RESULTADOS POR PORTE

A classificação por Porte leva em consideração a diversidade entre os Tribunais Brasileiros da Federação (estados e Distrito Federal). O objetivo é tornar mais proporcional à comparação, respeitando as similaridades e as características distintas do mesmo ramo de justiça. A separação é feita em três grupos – Grande Porte, Médio Porte e Pequeno Porte. Para a distribuição por Porte verificam-se as despesas totais, a tramitação processual (soma dos casos novos e casos pendentes), o número de magistrados e o número de servidores, diferentemente dos anos anteriores, que incluíam o total de casos novos e o número de servidores da área judiciária.

Classificação Nacional por Porte dos Tribunais Estaduais

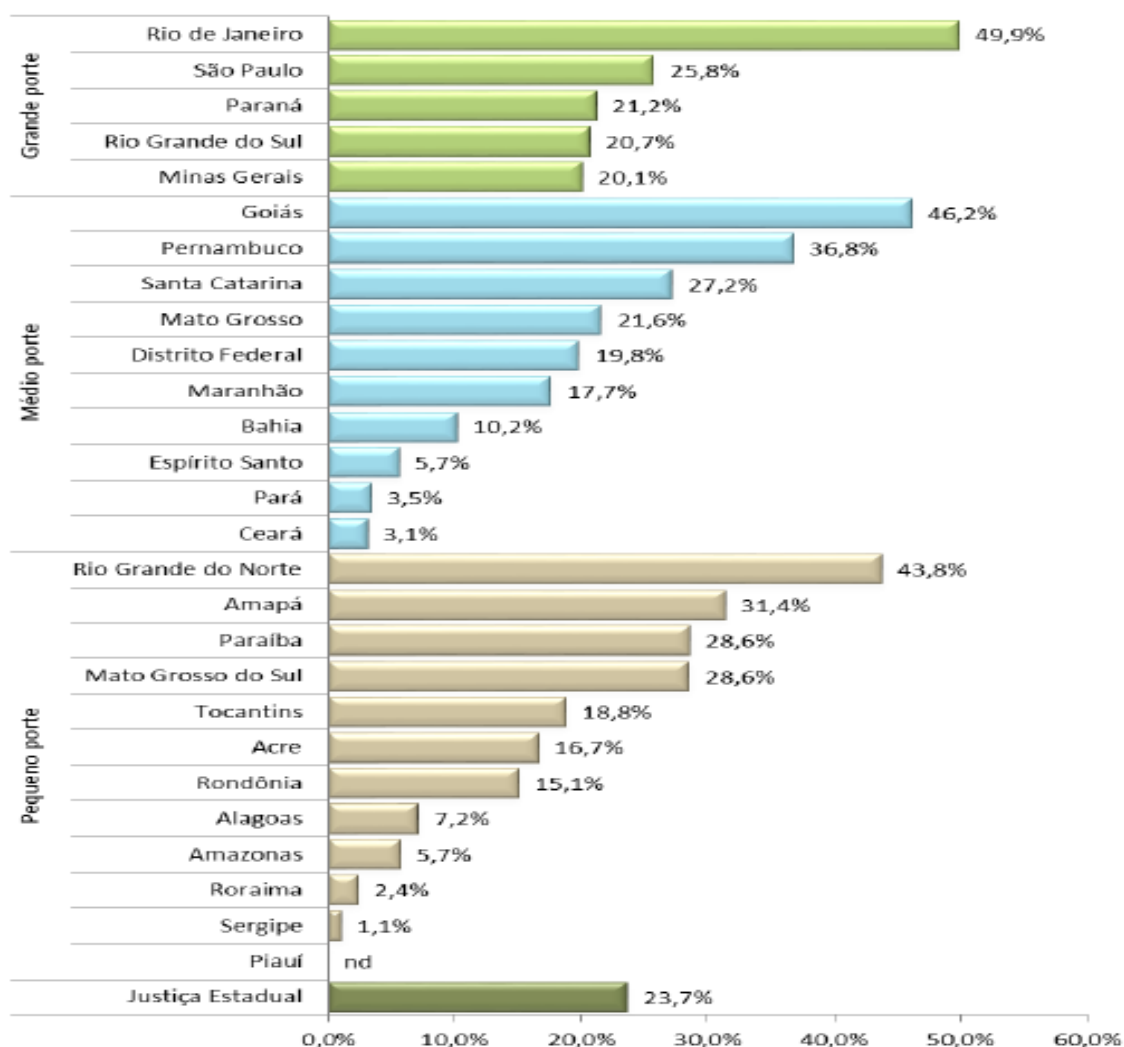
Grupo		Tribunal	Escore	Despesa Total da Justiça	Processos em Tramitação	Número de Magistrados	Total de Servidores
1º Grupo: Grande Porte	1	TJ - São Paulo	4,32	7.658.857.221	25.515.955	2.501	65.937
	2	TJ - Rio de Janeiro	1,28	3.443.112.609	11.152.888	805	26.254
	3	TJ - Minas Gerais	1,16	3.633.001.295	5.750.612	1.068	24.965
	4	TJ - Rio Grande do Sul	0,49	2.070.026.368	4.436.773	773	15.032
	5	TJ - Paraná	0,42	1.602.385.145	4.224.133	809	14.930
2º Grupo: Médio Porte	1	TJ - Bahia	0,25	1.722.593.385	2.656.141	636	13.294
	2	TJ - Santa Catarina	0,09	1.274.020.234	3.092.458	452	13.015
	3	TJ - Pernambuco	-0,03	1.060.324.127	2.584.624	420	10.388
	4	TJ - Distrito Federal	-0,04	1.814.485.943	915.569	334	10.158
	5	TJ - Goiás	-0,14	1.072.849.330	1.923.895	350	8.566
	6	TJ - Ceará	-0,23	933.076.155	1.402.328	387	5.462
	7	TJ - Pará	-0,26	767.267.656	1.025.929	375	6.327
	8	TJ - Espírito Santo	-0,29	807.404.499	1.190.856	284	6.268
	9	TJ - Mato Grosso	-0,31	791.820.050	1.265.172	244	6.301
	10	TJ - Maranhão	-0,33	831.737.327	646.645	236	6.838
3º Grupo: Pequeno Porte	1	TJ - Paraíba	-0,41	477.094.037	727.644	256	4.877
	2	TJ - Rio Grande do Norte	-0,42	654.198.196	663.914	214	4.083
	3	TJ - Mato Grosso do Sul	-0,43	554.526.530	809.905	186	4.729
	4	TJ - Sergipe	-0,49	356.018.290	912.928	151	4.110
	5	TJ - Amazonas	-0,50	498.871.481	937.643	141	2.586
	6	TJ - Rondônia	-0,50	429.910.092	515.875	145	3.977
	7	TJ - Piauí	-0,54	360.621.011	342.678	162	2.646
	8	TJ - Alagoas	-0,55	325.855.126	640.723	136	2.397
	9	TJ - Tocantins	-0,57	325.821.100	425.696	124	2.206
	10	TJ - Amapá	-0,64	194.895.573	174.887	69	1.903
	11	TJ - Acre	-0,64	184.449.924	184.397	59	1.864
	12	TJ - Roraima	-0,68	141.705.326	114.287	44	1.198

Fonte: CNJ – Departamento de Pesquisas Judiciárias



A Recorribilidade Externa de 2º Grau (Rx2º) colocou o Pará no seu Porte em penúltimo lugar com 3,5% e abaixo da média nacional da Justiça Estadual de 23,7%. Um resultado positivo comparado aos demais Tribunais, uma vez que a Recorribilidade Externa indica a relação entre o número de recursos endereçados aos Tribunais Superiores com o número de Acórdãos Publicados passíveis de recurso, quanto menor melhor.

Rx2º: Recorribilidade Externa de 2º Grau



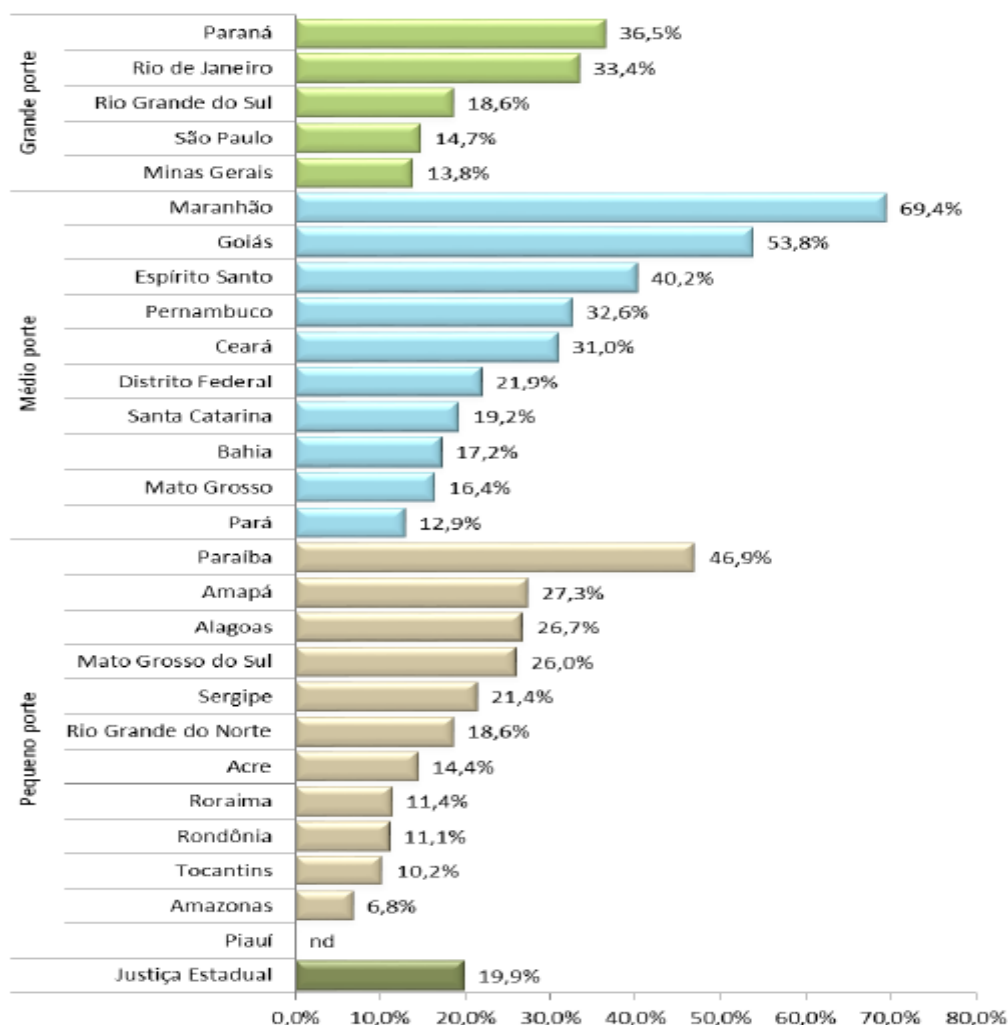
Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Fonte: CNJ - Departamento de Pesquisas Judiciárias



Da mesma forma ocorreu com a Recorribilidade Interna de 2º Grau (RIn2º). O Pará apresentou um percentual de 12,9%. Uma colocação favorável comparado aos Tribunais do seu Porte, bem como em relação à média nacional dos Tribunais Estaduais de 19,9%.

RIn2º: Recorribilidade Interna de 2º Grau



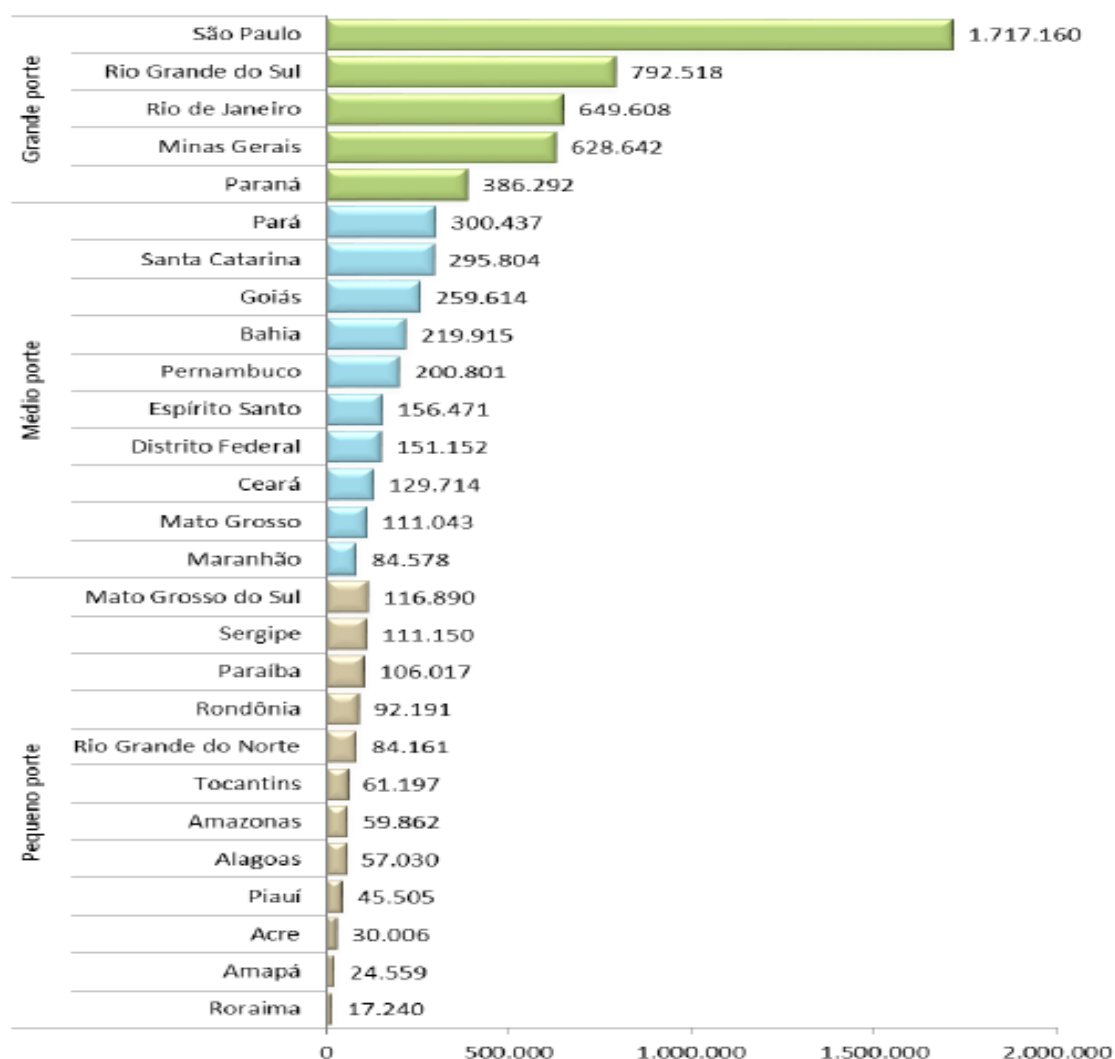
Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Fonte: CNJ - Departamento de Pesquisas Judiciárias

As sentenças de Conhecimento no 1º Grau (SentC1º) tiveram destaque ao colocar o Pará em 1º lugar no ranking dos Tribunais do Médio Porte com 300.437 processos sentenciados em 2013, seguido por Santa Catarina com 295.804, e Goiás com 259.614 processos julgados.



SentC1º: Sentenças de Conhecimento no 1º Grau

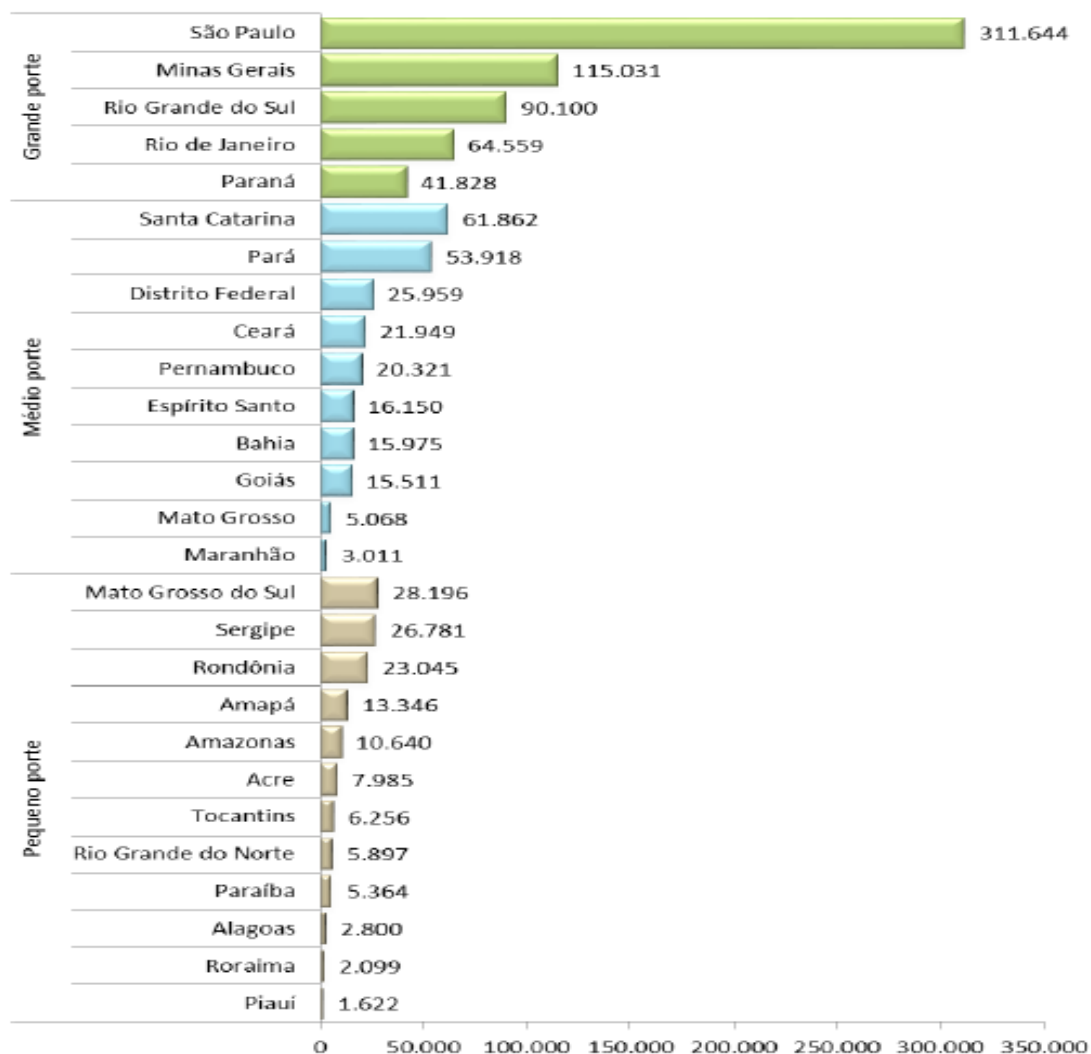


Fonte: CNJ - Departamento de Pesquisas Judiciárias

As baixas de processos de execução Judicial no 1º Grau (T BaixJud1º) destacaram o Pará em relação aos Tribunais do seu Porte, ficando em 2º lugar em 2013 com 53.918 processos baixados.



TBaixJud1º: Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau



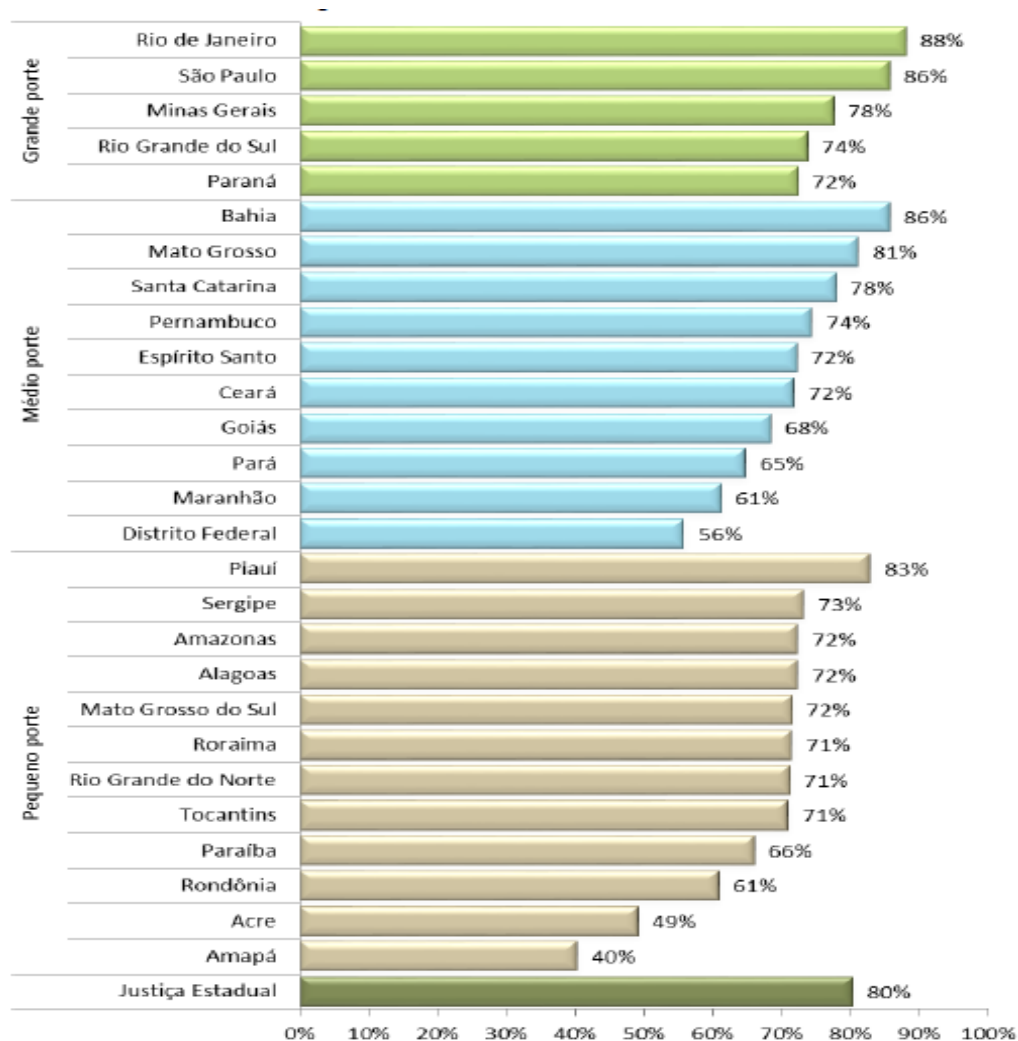
Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Fonte: CNJ - Departamento de Pesquisas Judiciárias

A Taxa de Congestionamento no 1º Grau (TC1º) colocou o Pará em 8º lugar no grupo do Médio Porte com um indicador de 65%, ficando também abaixo da média nacional dos Tribunais Estaduais em 2013 de 80%.



TC1º: Taxa de Congestionamento no 1º Grau

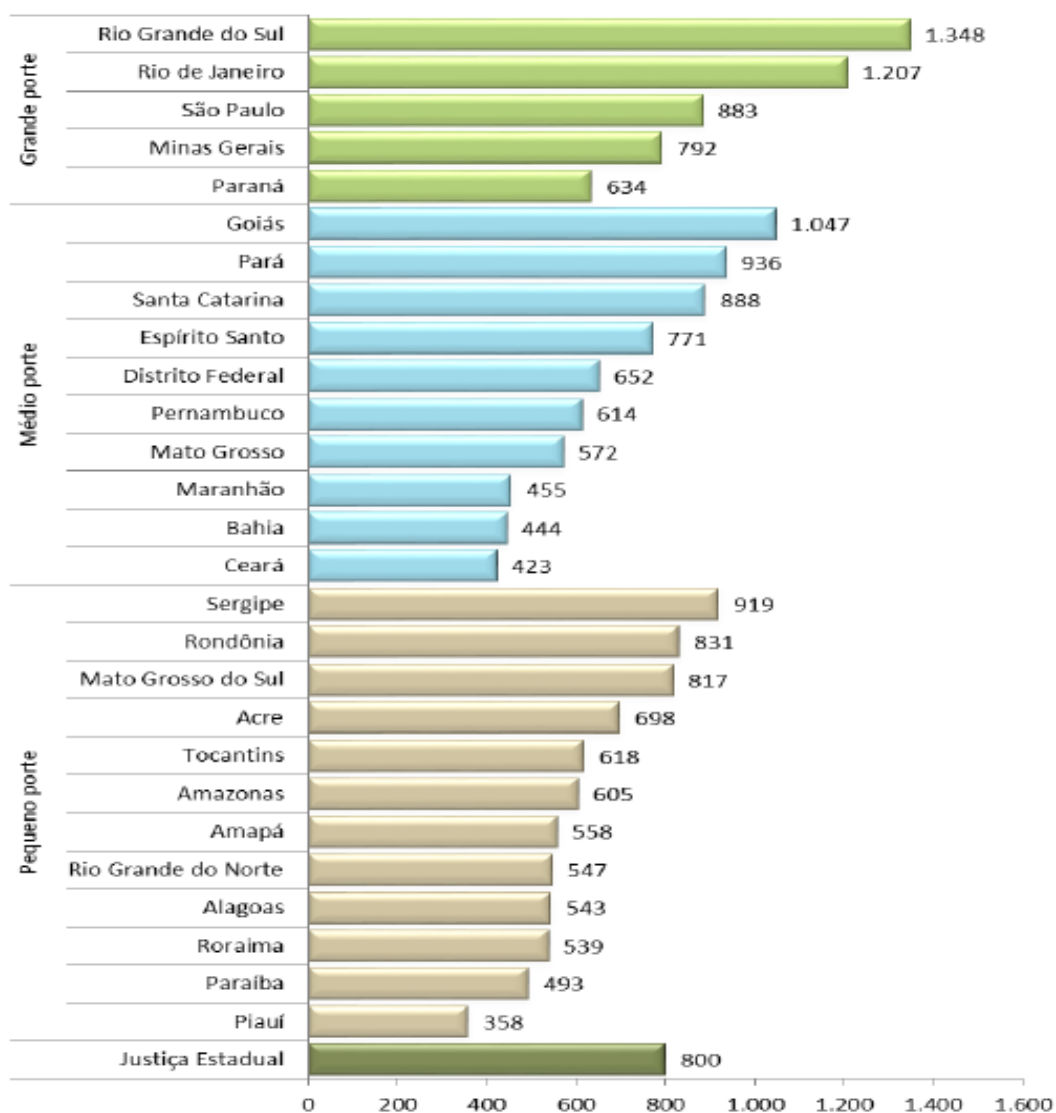


Fonte: CNJ - Departamento de Pesquisas Judiciárias

O Pará ficou em 2º lugar com 936 sentenças dentro do seu grupo na avaliação do resultado quanto as Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau (SMC1º), ficando inclusive acima da média nacional de 800 sentenças.



SMC1º: Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

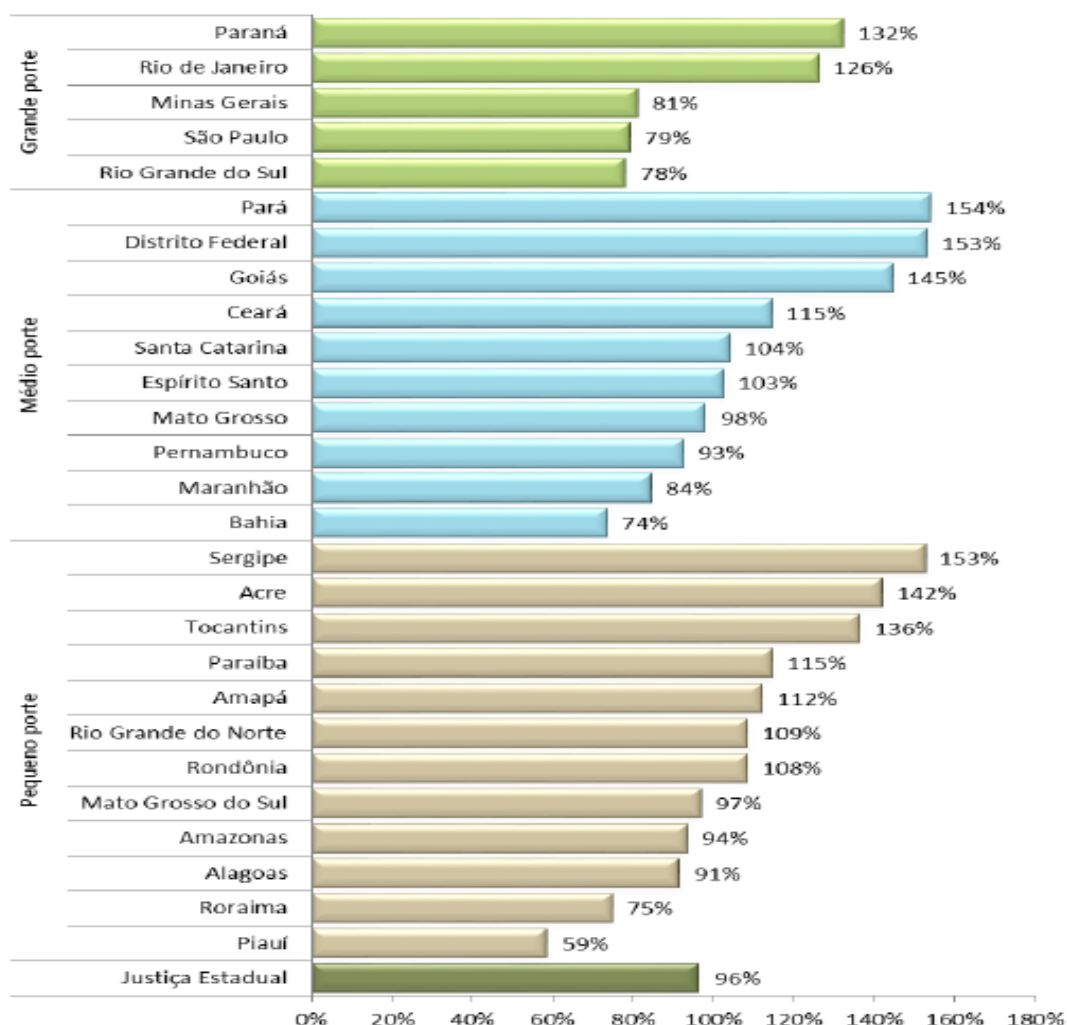


Fonte: CNJ - Departamento de Pesquisas Judiciárias

O Índice de Atendimento à Demanda na fase de conhecimento do 1º Grau (IADC1º) apresentou o Pará em 1º lugar no ranking do Médio Porte em 2013, com 154% de resultado da relação entre processos baixados e casos novos, ficou inclusive acima da média nacional de 96%.



IADC1º: Processos Baixados por Casos Novos na fase de conhecimento do 1º Grau

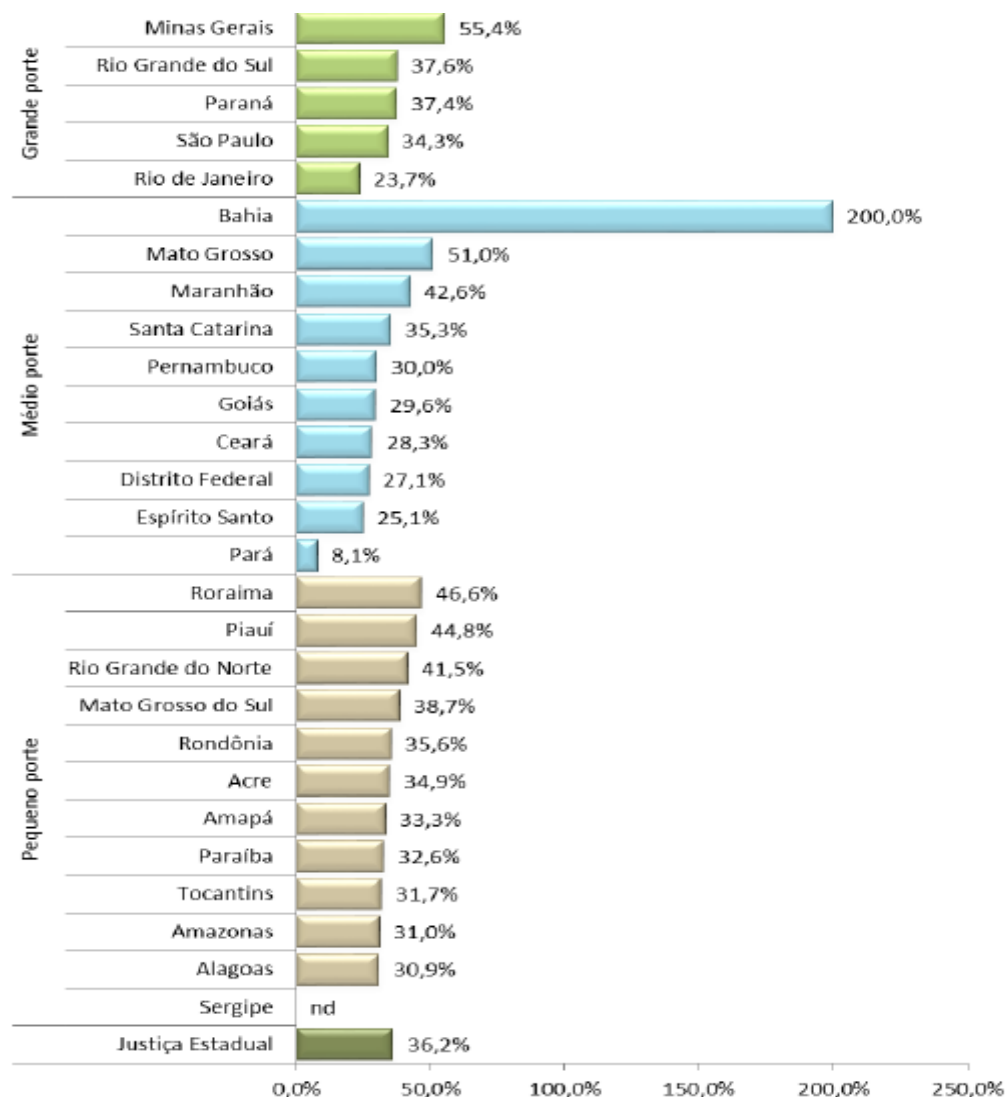


Fonte: CNJ - Departamento de Pesquisas Judiciárias

Quanto a Reforma de Decisão no 1º Grau (Rd1º) o Pará ficou com 8,1% em 2013 e abaixo da média nacional de 36,2%. Quem obteve maior índice no ano foi Bahia, com 200,0%. O Objetivo é indicar a proporção de recursos interpostos contra decisões da Justiça Estadual de 1º Grau e providos pelos Tribunais Estaduais, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça Estadual de 1º Grau, quanto menor melhor.



Rd1º: Reforma de Decisão no 1º Grau



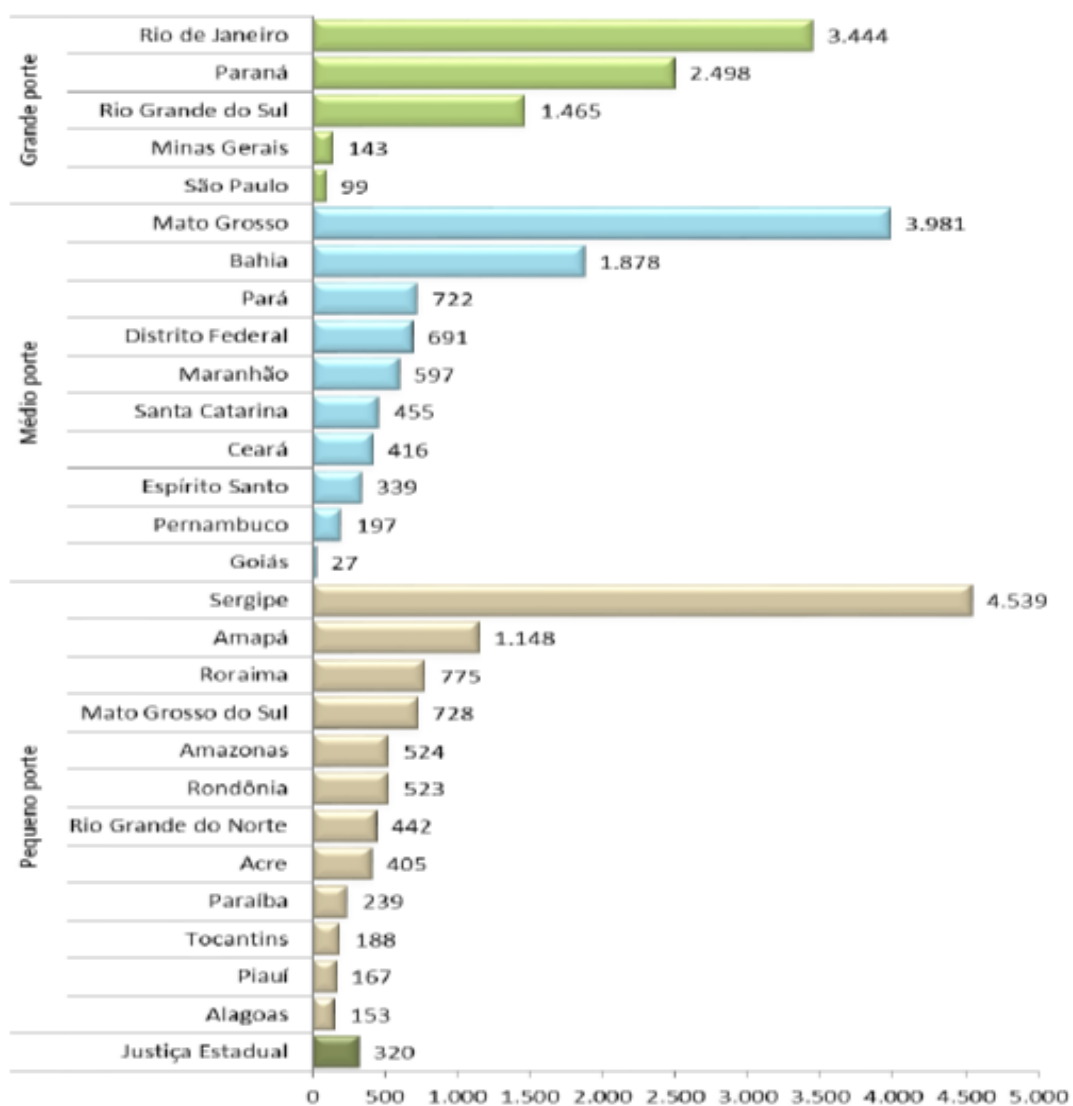
Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Fonte: CNJ - Departamento de Pesquisas Judiciárias

O Pará ficou em 3º lugar no grupo no que se refere ao desempenho das Turmas Recursais nas Decisões Terminativas por Magistrado (DTMTR) e acima da média nacional dos Tribunais Estaduais de 320.



DTMTR: Decisões Terminativas por Magistrado na Turma Recursal



Fonte: CNJ - Departamento de Pesquisas Judiciárias



ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE COMPARADA DA JUSTIÇA (IPC-Jus)

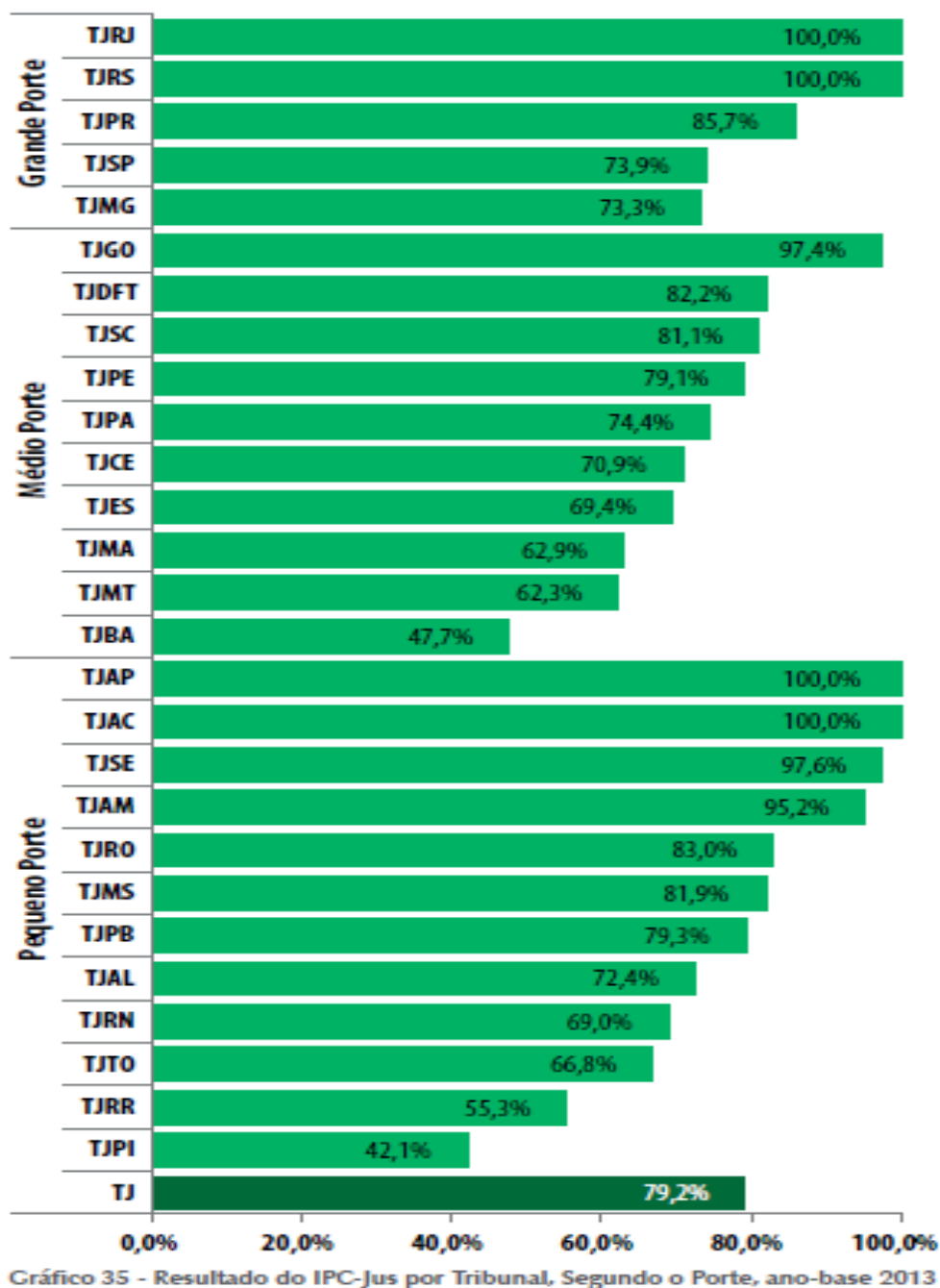
Trata-se de um índice demonstrativo (calculado pela metodologia DEA) de análise de produtividade dos Tribunais de um mesmo ramo de Justiça. Primeiramente, através da aferição dos dados, obtêm-se a razão entre os recursos utilizados com os resultados produzidos na prestação jurisdicional. A partir disso, realiza-se comparações de eficiência de acordo com as similaridades sem deixar de considerar as diferenças entre os Portes dos Tribunais.

A combinação das variáveis no IPC-Jus foi construída a partir do total de processos em tramitação, o número de magistrados, o número de servidores, a despesa total da justiça, excluindo inativos e totais de processos baixados, além da inclusão implícita da Taxa de Congestionamento, um indicador importante na medida de desempenho dos Tribunais.

Assim, os Tribunais que atingem 100% significa que conseguiram produzir mais com os insumos disponíveis. O IPC-Jus calcula a partir dessa relação entre entradas – número de processos que ingressaram, recursos humanos e financeiros, servidores e despesas -, e saídas, os processos baixados. Ou seja, os Tribunais que mais baixam processos em relação a essas entradas são os considerados mais produtivos.



IPC-Jus do Poder Judiciário Estadual Nacional



Fonte: CNJ - Departamento de Pesquisas Judiciárias

O Pará ocupou em 2013 o 5º lugar dentro do seu grupo de Médio Porte com IPC-Jus de 74,4%. Observando a série histórica está apresentando uma tendência de queda e oscilações ao comparar seu desempenho com 2009, necessitando assim aumentar as baixas para atingir o máximo do índice.



IPC-Jus Tribunal de Justiça do Estado do Pará 2009-2013

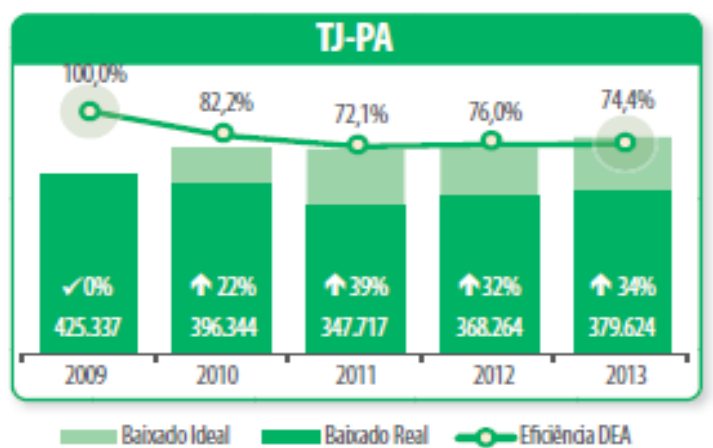


Gráfico 45 – IPC-Jus do TJPA

Fonte: CNJ - Departamento de Pesquisas Judiciárias



JUSTIÇA ESTADUAL - VARIÁVEIS E INDICADORES

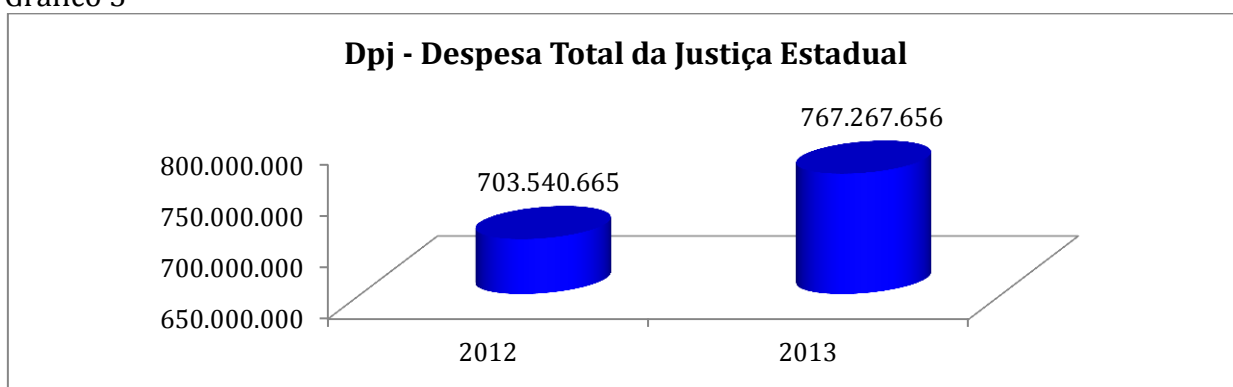
INSUMOS, DOTAÇÕES E GRAU DE UTILIZAÇÃO

Recursos Financeiros: Despesas

Variáveis

A Despesa Total da Justiça Estadual (Dpj) fechou o ano de 2013 com aumento de 9,1% em relação a 2012 (gráfico 3).

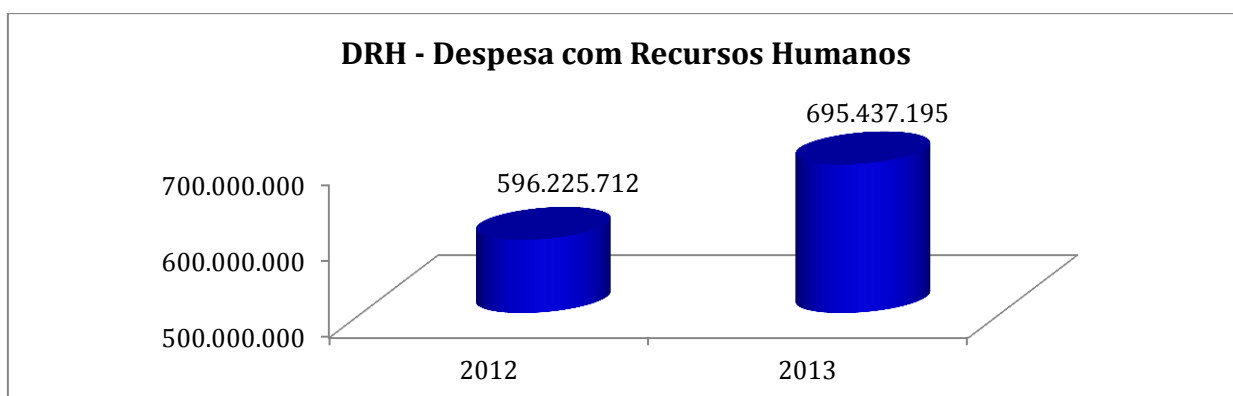
Gráfico 3



Fonte: Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA

As Despesas com Recursos Humanos (DRH) somaram R\$ 695.437.195 milhões em 2013, esse valor cresceu em 16,6% do registrado comparado ao ano anterior (gráfico 4).

Gráfico 4

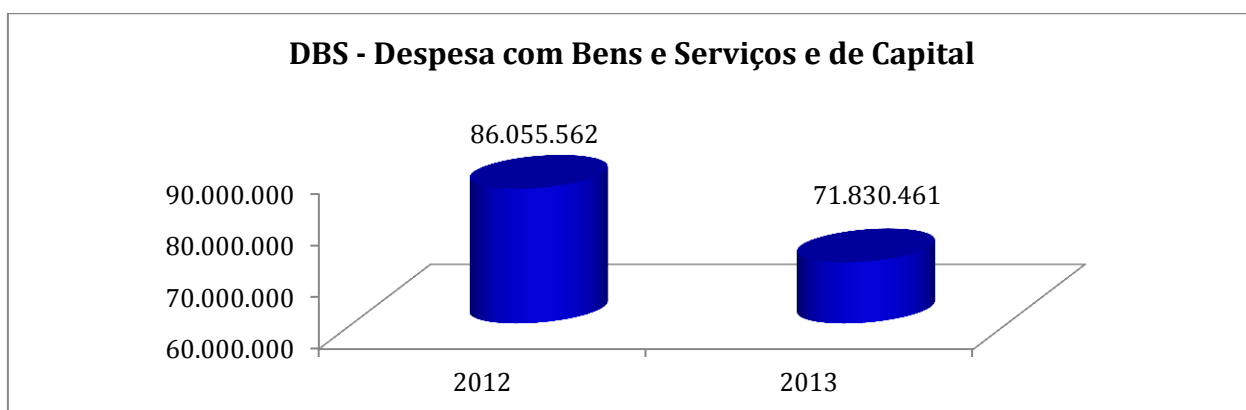


Fonte: Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA



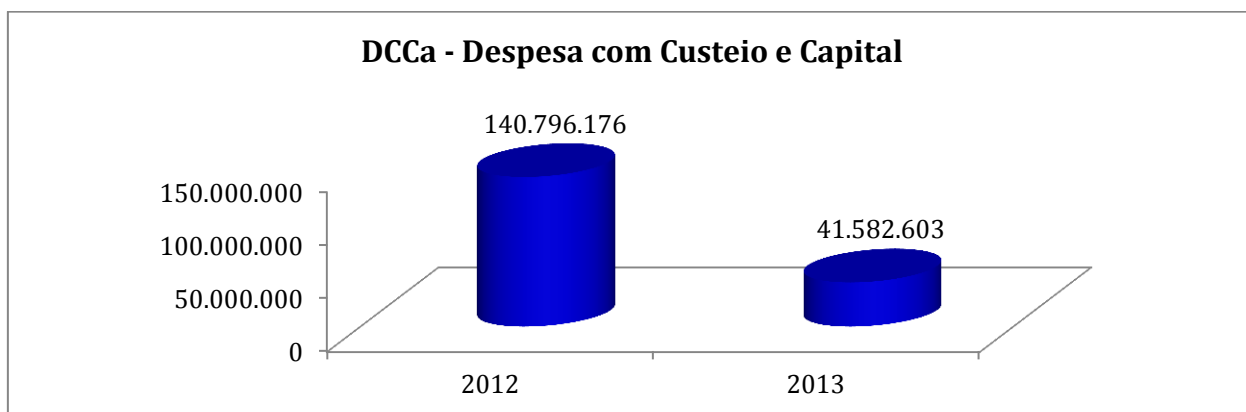
As Despesas com Bens e Serviços de Capital (DBS) alcançaram o montante de R\$ 71.830.461 milhões no exercício de 2013, apresentando uma queda de 16,5% em relação a 2012. Quanto a Despesa com Custeio e Capital (DCCa) tiveram destaque no ano de 2013, pois sofreram uma redução de 70,5% (gráfico 5 e 6).

Gráfico 5



Fonte: Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA

Gráfico 6

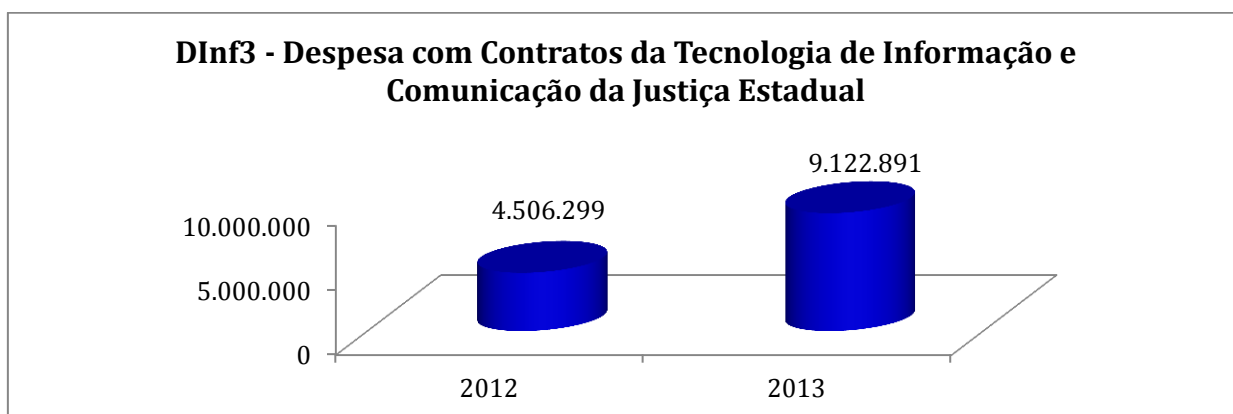


Fonte: Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA

Quanto a variável Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação (Dinf3) e Comunicação da Justiça, esta consumiu cerca de R\$ 9.122.891 milhões do orçamento do judiciário paraense em 2013, uma alta de 102,4% em relação a 2012 (gráfico 7).



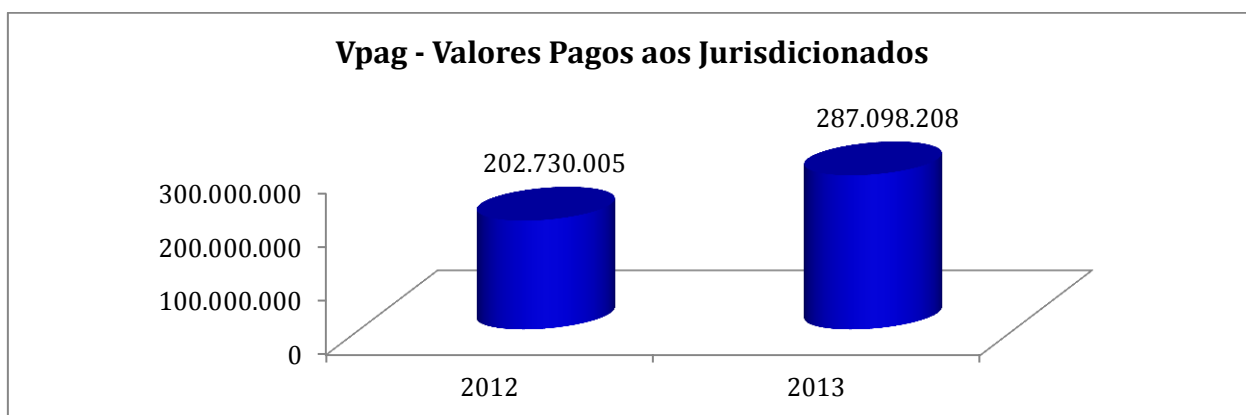
Gráfico 7



Fonte: Departamento Financeiro do TJPA

Outro destaque são os Valores Pagos aos Jurisdicionados (Vpag) em que o valor desembolsado teve alta de 41,6% em 2013 (gráfico 8).

Gráfico 8



Fonte: Coordenadoria de Depósitos Judiciais do TJPA

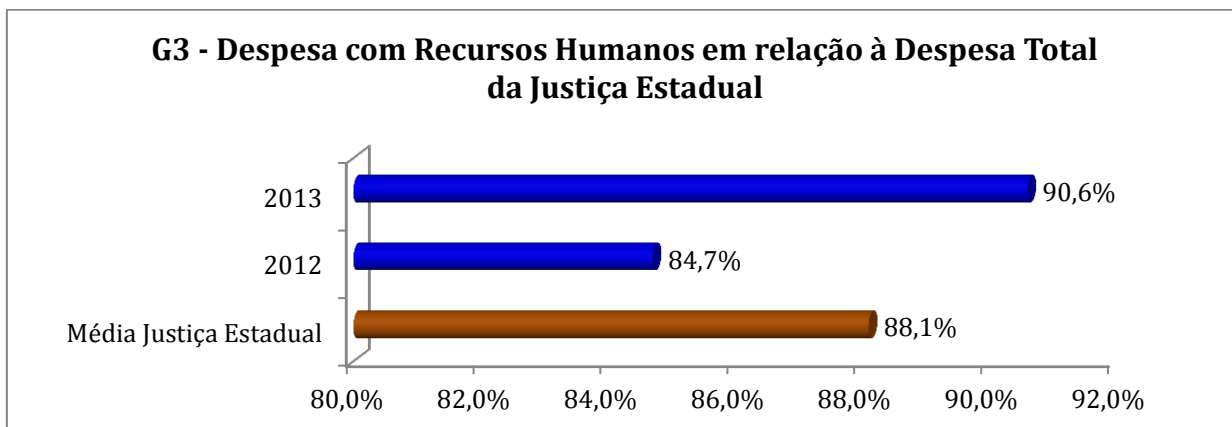
Indicadores

Dentre os indicadores orçamentários da Justiça Estadual Paraense, cabe destacar que a Despesa com Recursos Humanos (G3) obteve um percentual de 90,6% em 2013 em relação à Despesa Total da Justiça Estadual, o aumento foi de 5,9 pontos percentuais comparados ao ano anterior. Quanto a Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente (G5), esta representa o equivalente a 86,6% da Despesa Total do TJPA. Para



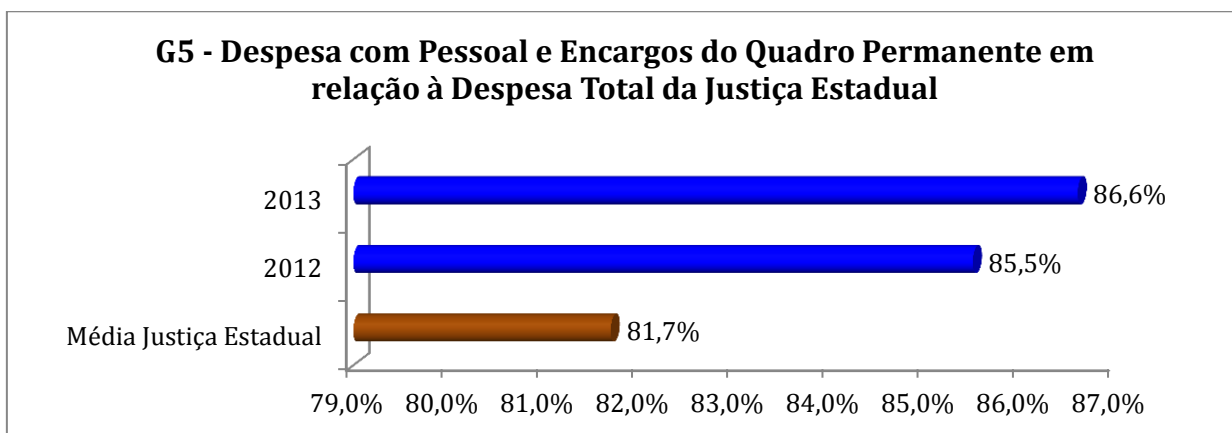
ambos os indicadores observa-se estarem acima da média nacional da Justiça Estadual (gráfico 9 e 10).

Gráfico 9



Fonte: Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA

Gráfico 10



Fonte: Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA

Recursos Financeiros: Receitas

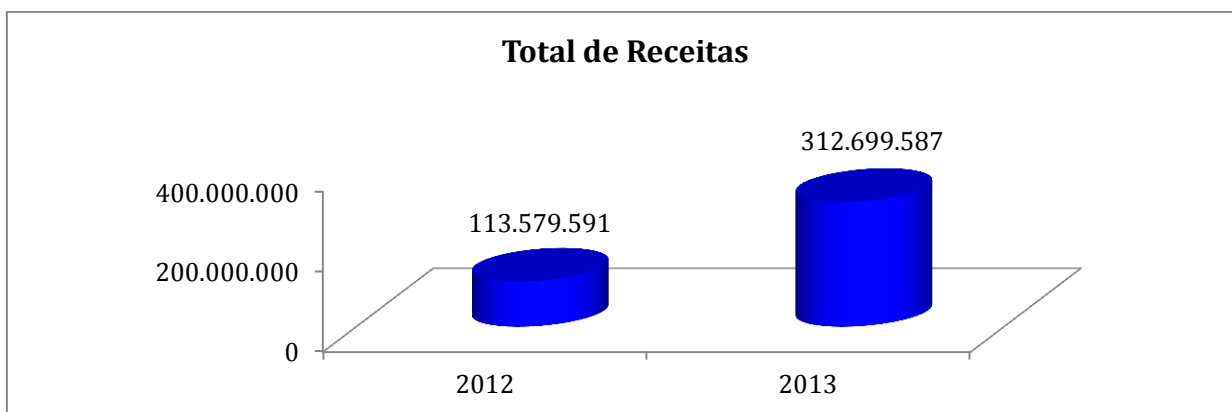
Variáveis

O Total de Receitas do TJPA teve um pico de 175,3% em 2013. Contribuiu significativamente para esse resultado o aumento registrado nas receitas procedentes de execução fiscal (REF), por conta de pagamentos, parcelados ou em cota única, decorrente do Programa PROREFIS 2013. A soma total das receitas da Justiça Estadual alcançou o



valor de R\$ 312.699.587 milhões em 2013, contra R\$ 113.579.591 milhões registrados no ano anterior (gráfico 11).

Gráfico 11

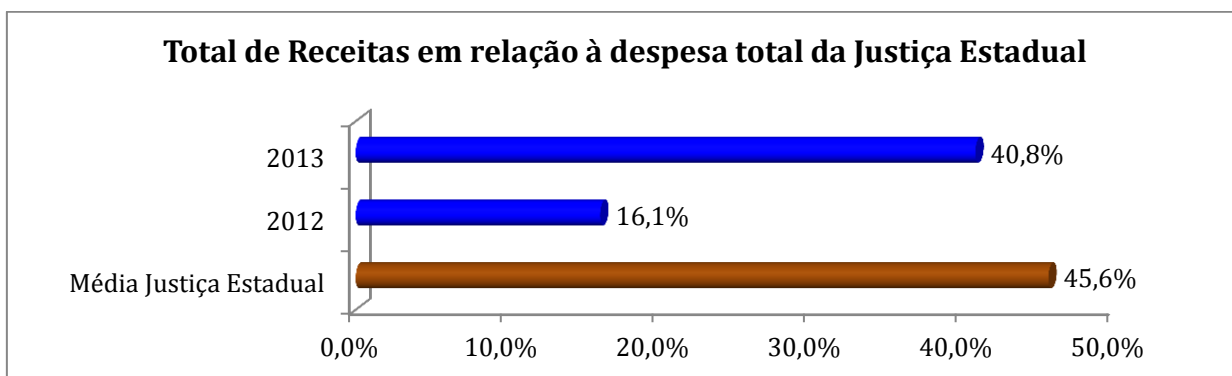


Fonte: Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA

Indicadores

Quanto ao Total de Receitas em relação à despesa total da Justiça Estadual houve um aumento de 24,7 pontos percentuais de 2012 para 2013 (gráfico 12).

Gráfico 12

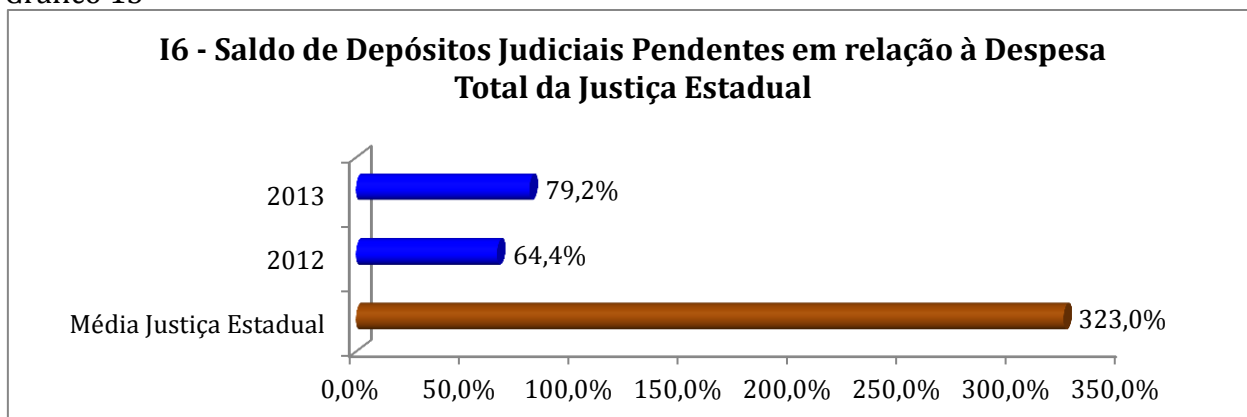


Fonte: Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA

Um destaque foi o Saldo dos Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça Estadual (I6) que teve um aumento no ano de 2013 de 14,8 pontos percentuais comparado a 2012. Entretanto, a média da Justiça Estadual apresentou um percentual de 323% (gráfico 13).



Gráfico 13



Fonte: Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA



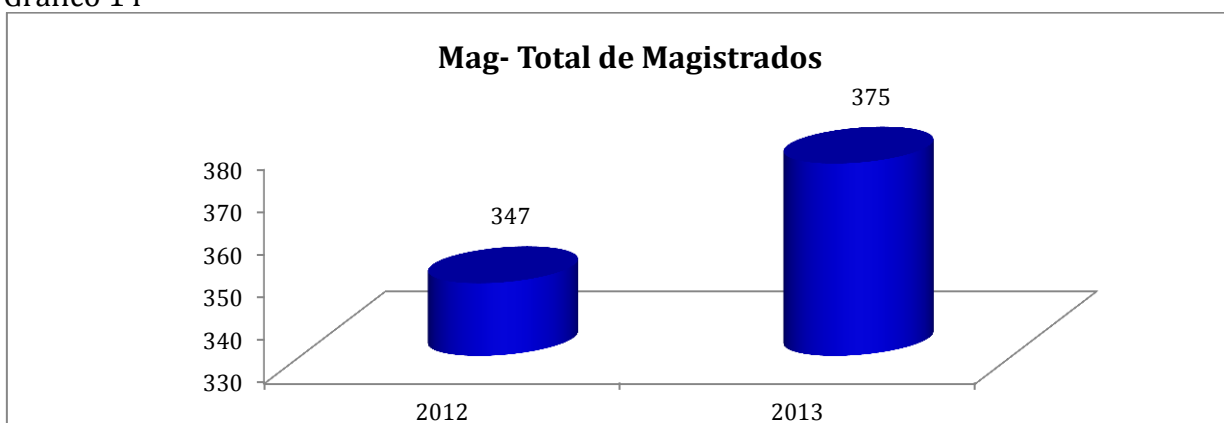
RECURSOS HUMANOS E RECURSOS FÍSICOS

Recursos Humanos

Variáveis

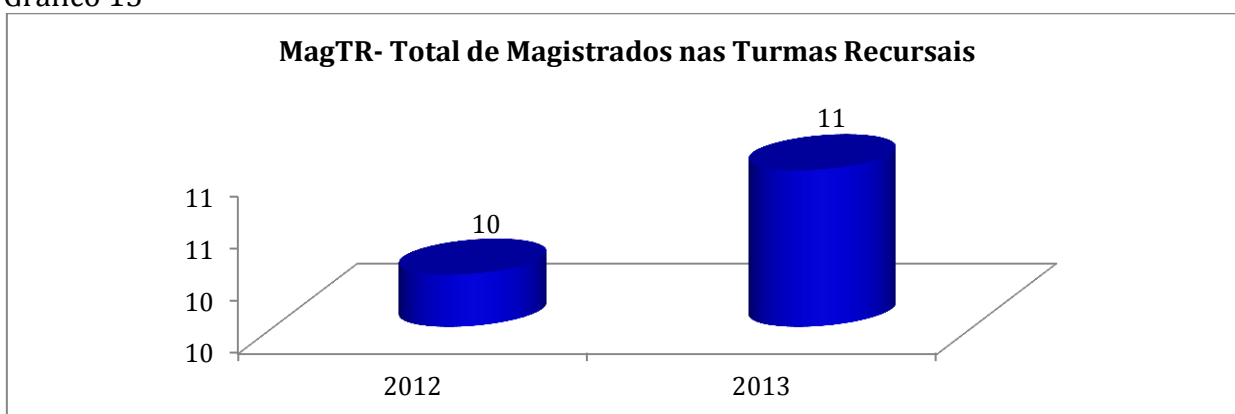
O Total de Magistrados (Mag) cresceu 8,1% em 2013. O reflexo dessa variação positiva é decorrente do resultado nas Turmas Recursais que foi de 10%, seguido do 1º Grau de 8,4% (gráficos 14, 15 e 16).

Gráfico 14



Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas e Central de Pesquisa e Apoio aos Magistrados do TJPA

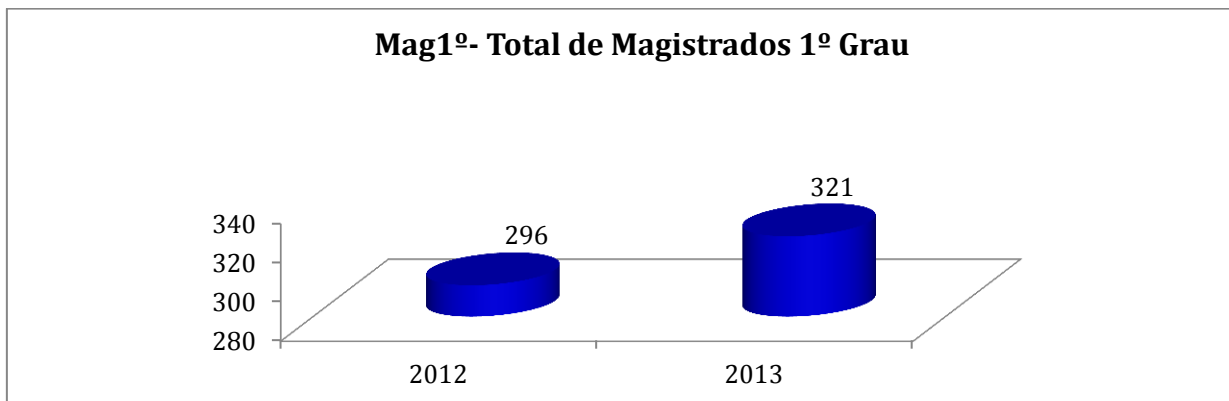
Gráfico 15



Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas e Central de Pesquisa e Apoio aos Magistrados do TJPA



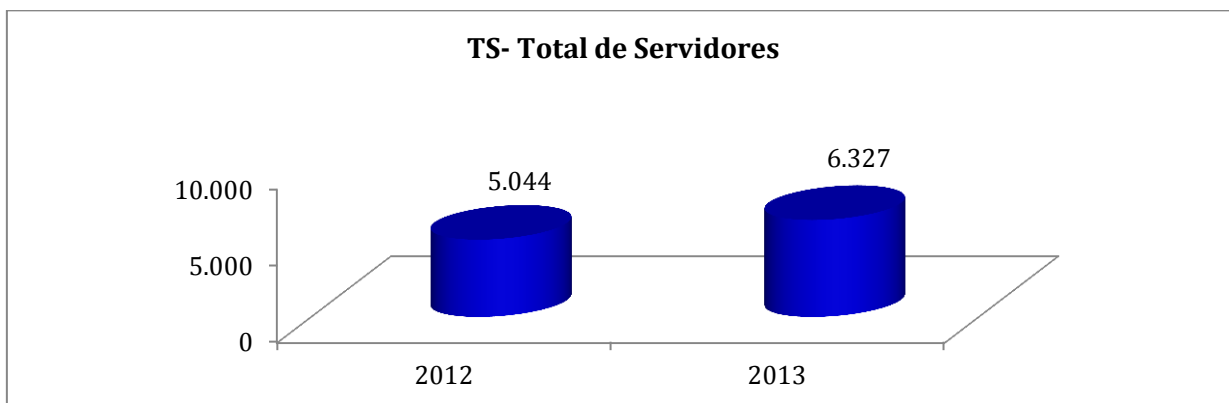
Gráfico 16



Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas e Central de Pesquisa e Apoio aos Magistrados do TJPA

É válido destacar que o Total de Servidores (TS) no TJPA progrediu de 2012 para 2013 em 25,4%. Naquele ano, eram 5.044 servidores. Já no ano seguinte, esse quantitativo passou para 6.327 servidores (gráfico 17).

Gráfico 17

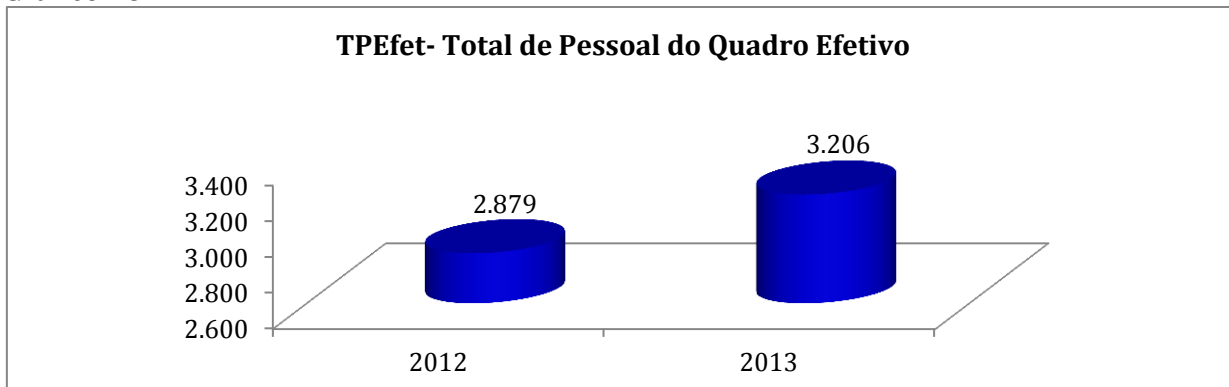


Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas do TJPA

Quanto ao quadro de pessoal efetivo (TPEfet) houve um avanço de 11,4% quando passou de 2.879 servidores em 2012 para 3.206 em 2013 (gráfico 18).



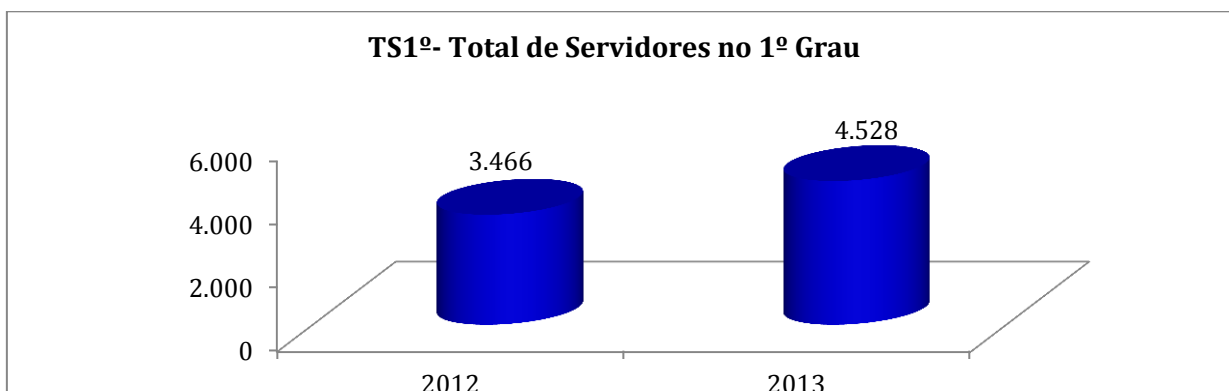
Gráfico 18



Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas do TJPA

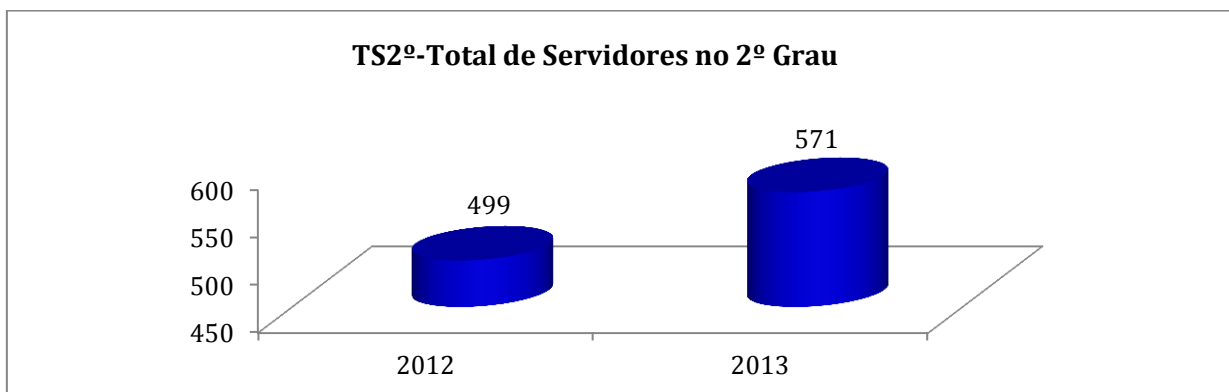
Merecem destaque, os incrementos ocorridos nos quantitativos de servidores lotados no 1º Grau (TS1º) de 30,6% e de servidores lotados no 2º Grau (TS2º) de 14,4%, conforme ilustram os gráficos 19 e 20.

Gráfico 19



Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas do TJPA

Gráfico 20

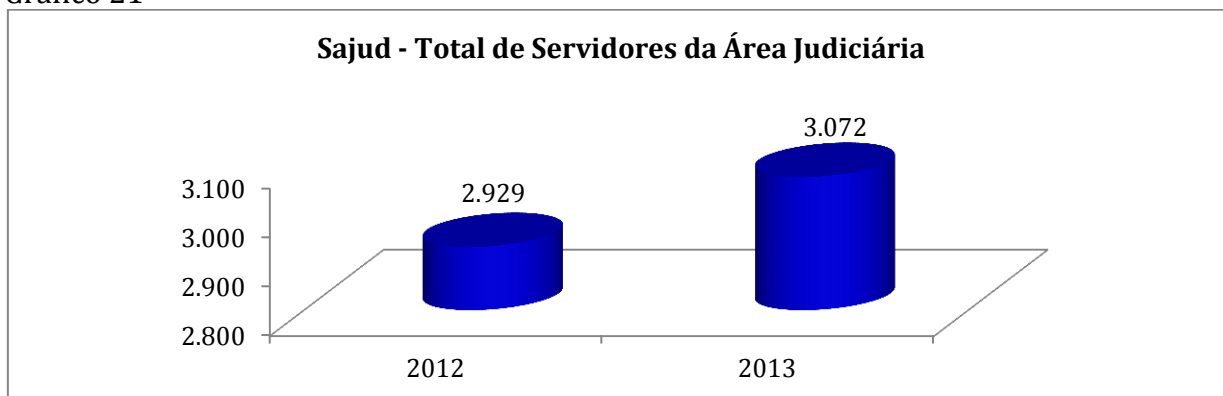


Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas do TJPA



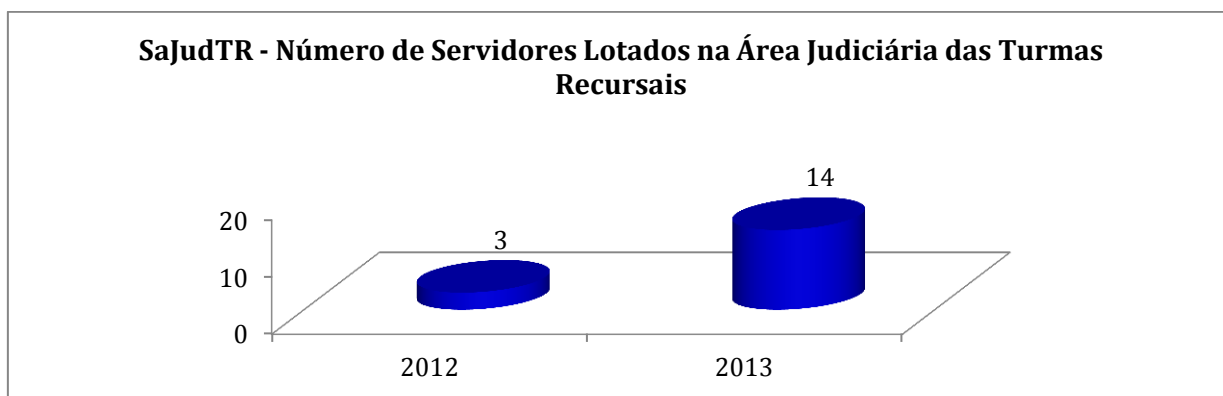
Outro aspecto a ser ressaltado é a elevação no quantitativo do Total de Servidores da Área Judiciária (Sajud) de 4,9%. Sendo que o pico ocorreu no número de servidores das Turmas Recursais lotados na área judiciária de 366,7%, conforme os gráficos 21 e 22.

Gráfico 21



Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas do TJPA

Gráfico 22



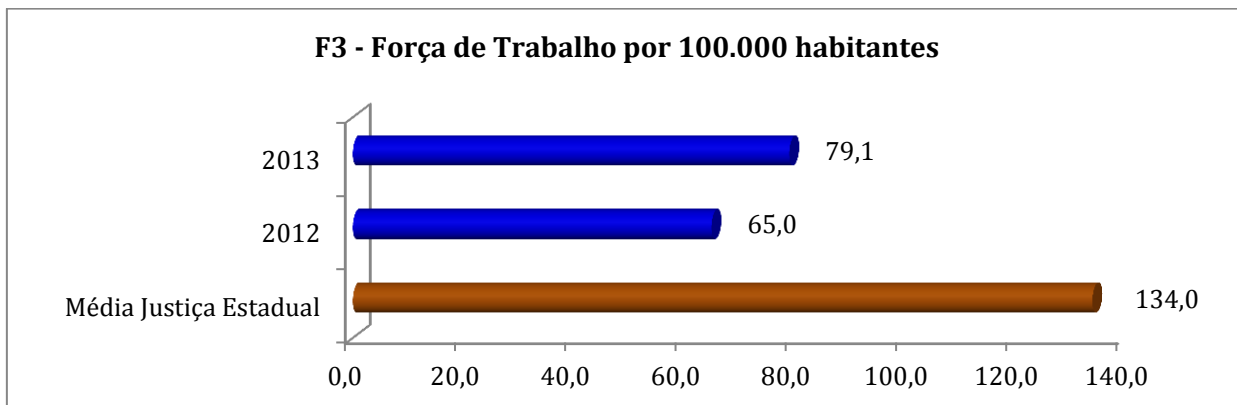
Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas do TJPA

Indicadores

A Força de Trabalho por 100.000 habitantes (F3) apresentou um incremento de 14,1 pontos percentuais em 2013, todavia ficou menor à média nacional da Justiça Estadual que foi de 134 (gráfico 23).



Gráfico 23



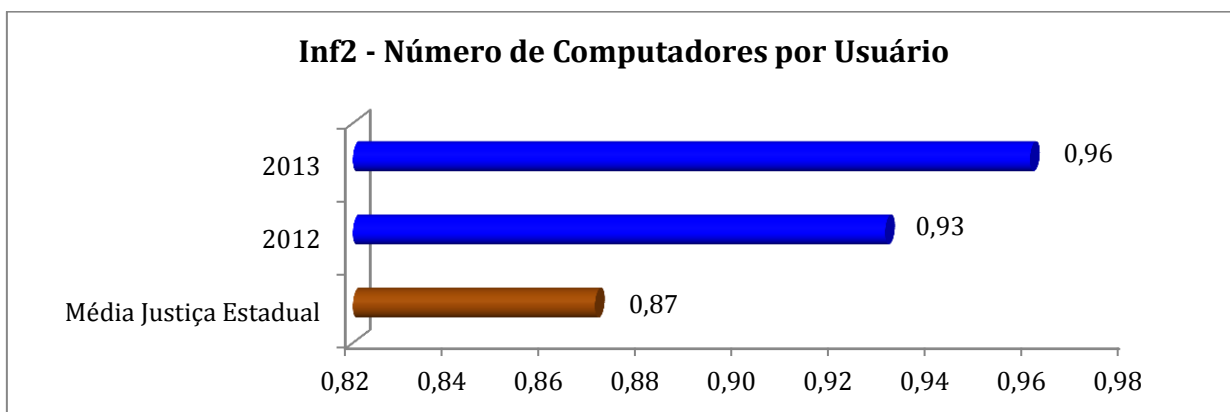
Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas do TJPA

Recursos Físicos

Indicador

O Número de Computadores por Usuário (Inf2) apresentou crescimento no ano de 2013, ficando inclusive acima da média nacional da Justiça Estadual (gráfico 24).

Gráfico 24



Fonte: Secretaria de Informática do TJPA



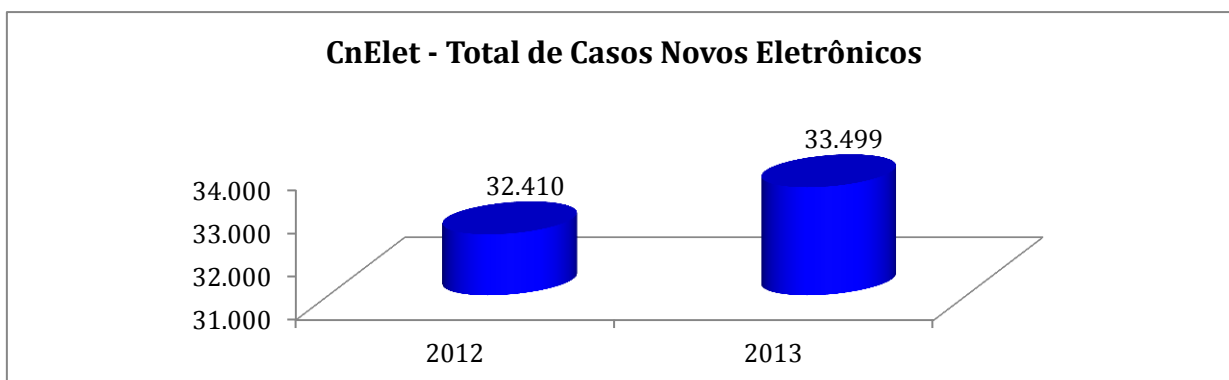
LITIGIOSIDADE

Consolidado: 2º Grau, 1º Grau, Turmas Recursais e Juizados Especiais

Variáveis

Em se tratando dos Casos Novos Eletrônicos (CnElet), entre os anos de 2012 e 2013, houve um aumento de 1.089 processos, isto é, cerca de 3,4% de acréscimo de um ano para o outro (gráfico 25).

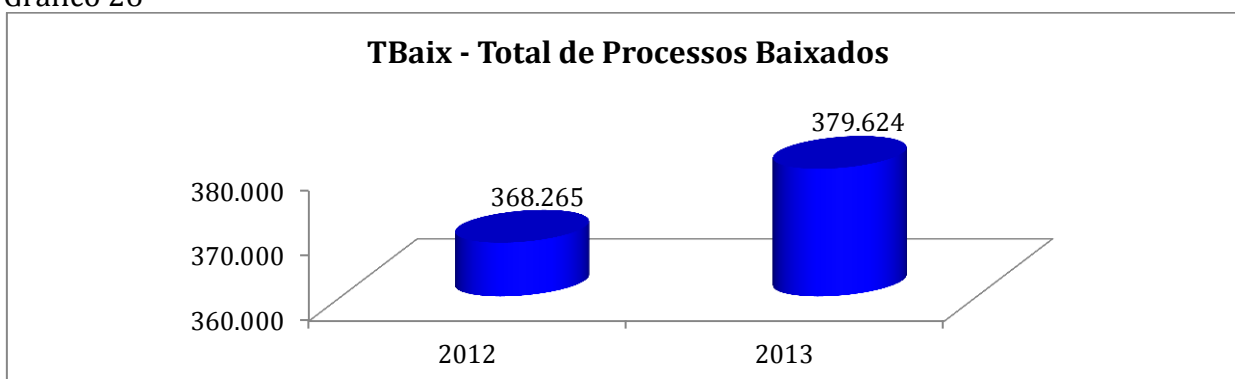
Gráfico 25



Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

Quanto ao Total de Processos Baixados (TBaix), em 2013 registrou-se 11.359 baixas a mais que em 2012, o que representou um crescimento no total de processos baixados na ordem de 3,1% (gráfico 26).

Gráfico 26

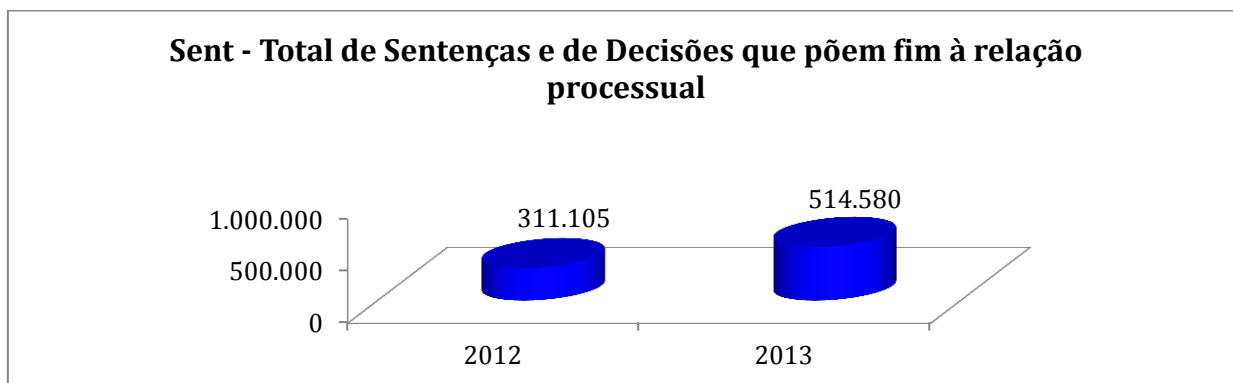


Fonte: Secretaria de Informática do TJPA



Um grande salto de 65,4% foi observado na quantidade de sentenças e decisões que põem fim à relação processual (Sent). Em 2012, o Poder Judiciário Estadual alcançou a monta de 311.105 sentenças prolatadas comparativamente a 2013, no qual atingiu melhor desempenho de 514.580 sentenças (gráfico 27).

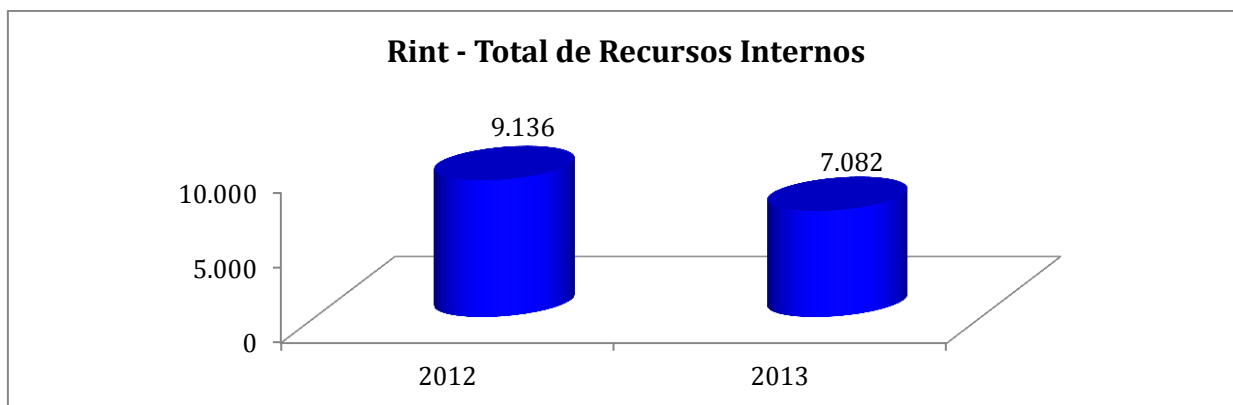
Gráfico 27



Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

A quantidade Total de Recursos Internos (Rint) apresentados em 2013 foi menor que em 2012. Reduziu de 9.136 para 7.082, apresentando 22,5% menos recursos internos no ano em análise (gráfico 28).

Gráfico 28

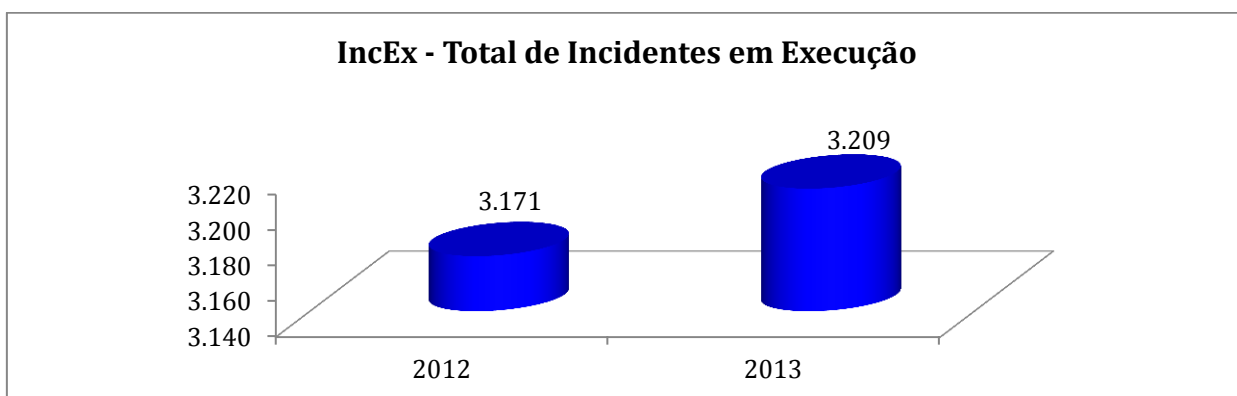


Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

Os Incidentes em Execução (IncEx) registraram um crescimento de 1,2%, uma vez que o quantitativo de 3.171 de 2012, passou para 3.209 no ano de 2013 (gráfico 29).



Gráfico 29

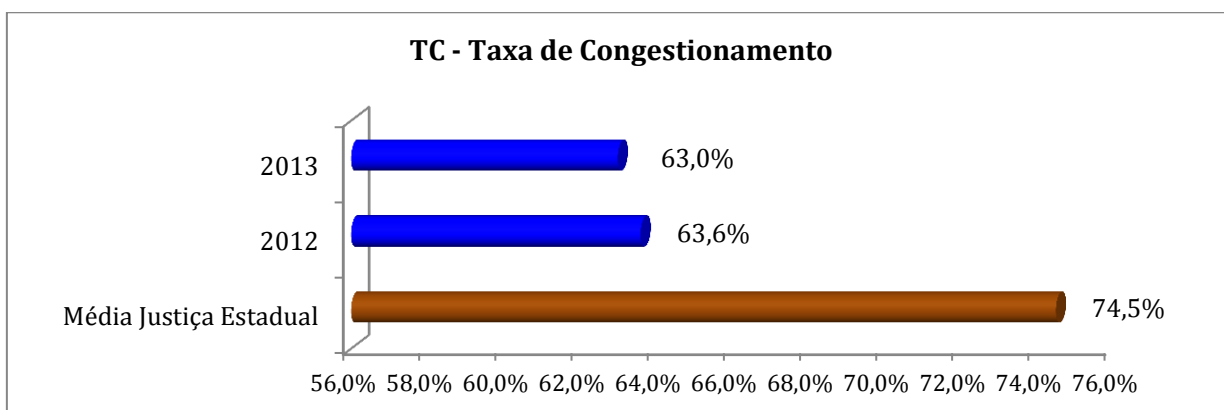


Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

Indicadores

Com relação à Taxa de Congestionamento (TC), houve destaque nas baixas de processos de 2012 para 2013 com acréscimo de 3,1%, influenciando positivamente no indicador ao reduzir 0,6 pontos percentuais de um ano para o outro, além disso, apresentou um resultado favorável ao ficar abaixo da média nacional dos tribunais de justiça estaduais (gráfico 30).

Gráfico 30



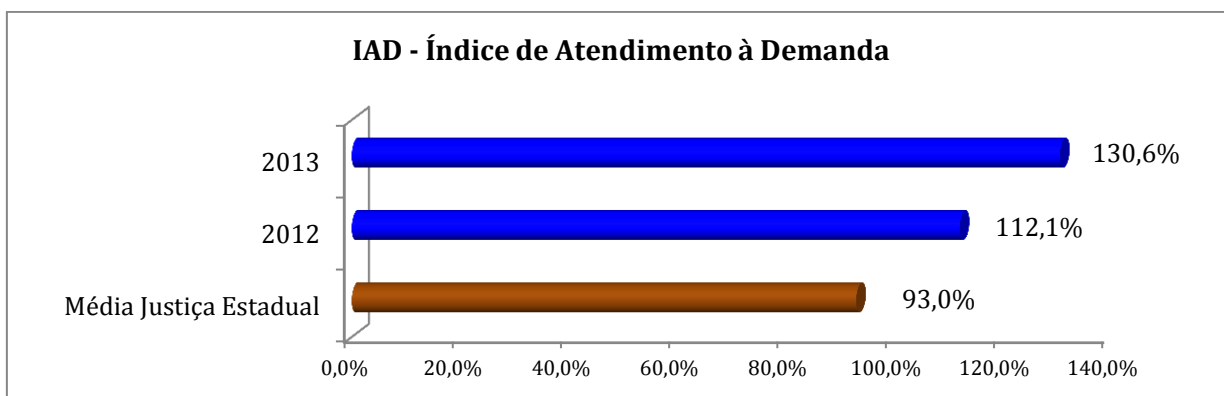
Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

No que se refere ao Índice de Atendimento à Demanda (IAD), observou-se um salto de 18,5 pontos percentuais em 2013 em relação a 2012, fechando o ano em 130,6% maior que a média nacional da Justiça Estadual de 93,0%. Sendo que esta alta está relacionada a



diminuição de casos novos de 11,5% enquanto que as baixas tiveram um aumento de 3,1% (gráfico 31).

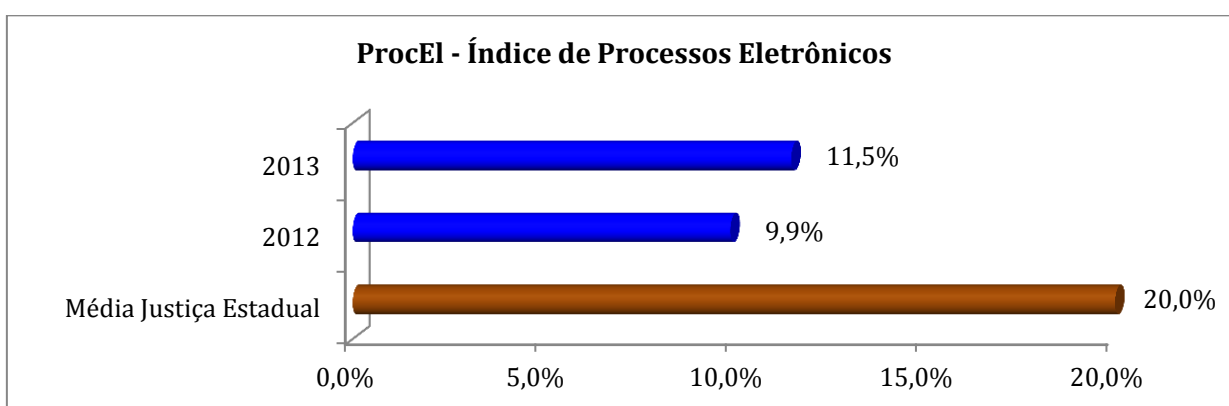
Gráfico 31



Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

O Índice de Processos Eletrônicos (ProceEl), que é calculado a partir do número de processos novos eletrônicos em relação ao total de casos novos avançou em 1,6 pontos percentuais em 2013 comparado ao ano anterior. Entretanto, ficou abaixo da média nacional da Justiça Estadual de 20,0%. Esse fato está relacionado ao incremento de 3,4% na variável Total de Casos Novos Eletrônicos (gráfico 32).

Gráfico 32



Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

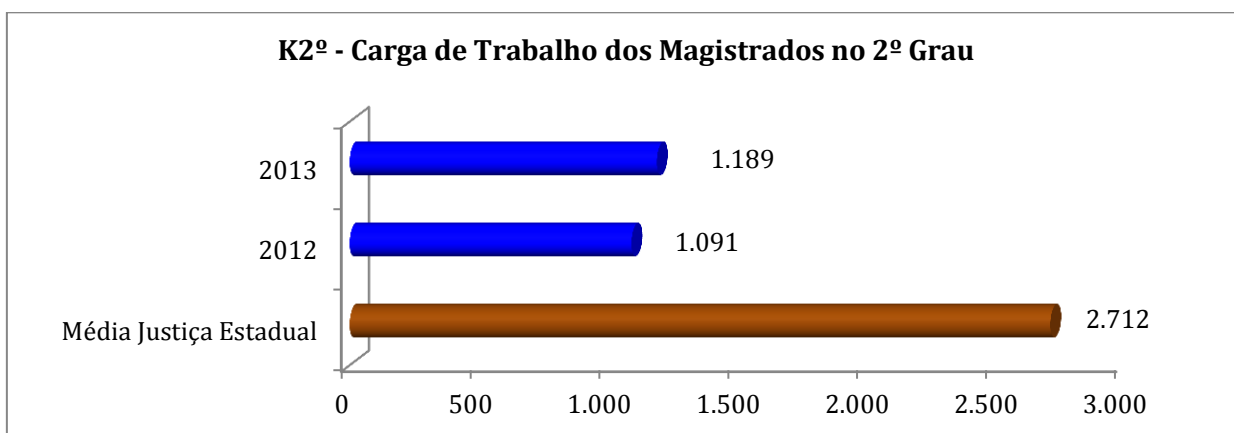


2º Grau

Indicadores

A carga de trabalho para o 2º Grau (K2º), observada no ano de 2013, foi menor que a média nacional de 2.712. Entretanto, ressalta-se que mesmo ficando abaixo da média, registrou-se um aumento de 8,98% de 2012 para 2013 (gráfico 33).

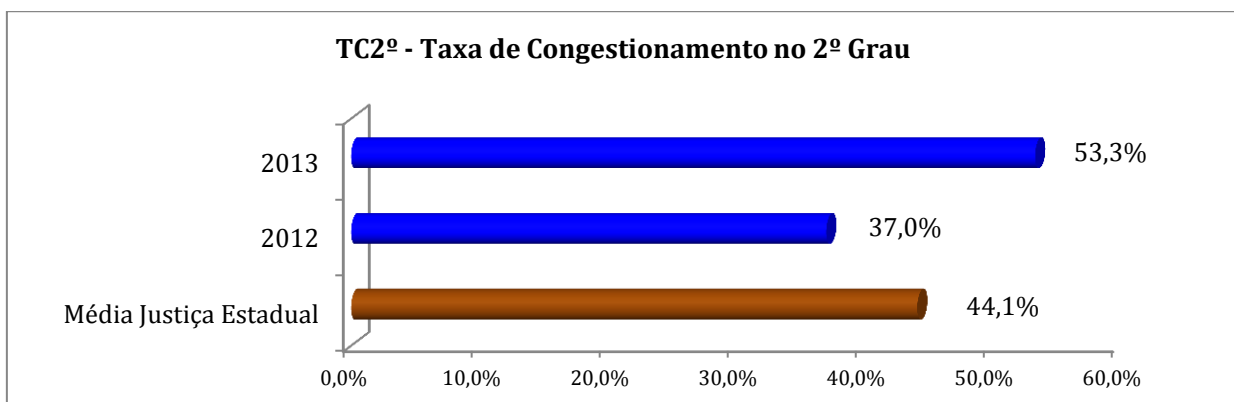
Gráfico 33



Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

A Taxa de Congestionamento (TC2º) registrou um salto de 16,3 pontos percentuais de 2012 para 2013, acima da média nacional da Justiça Estadual, de 44,1% (gráfico 34).

Gráfico 34

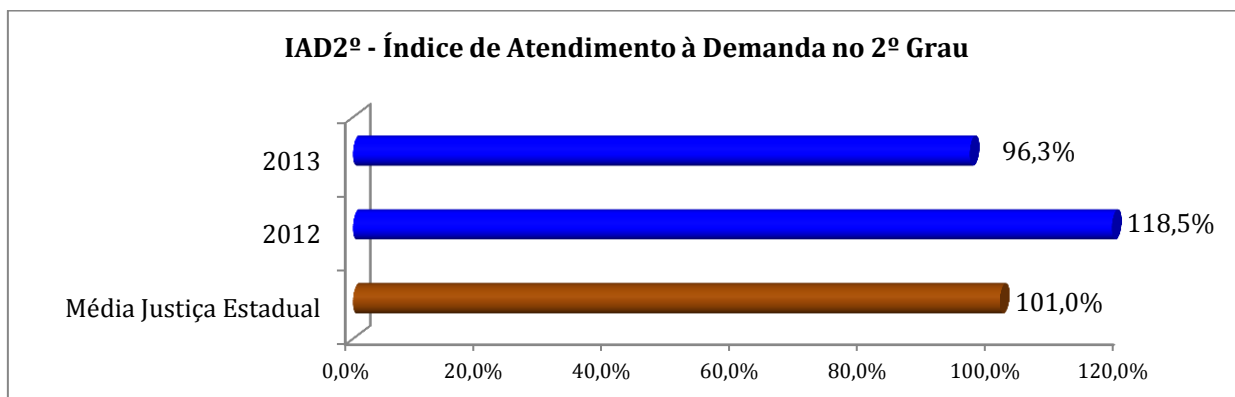


Fonte: Secretaria de Informática do TJPA



O Índice de Atendimento à Demanda (IAD2º) apresentou queda de 22,2 pontos percentuais em 2013 quando comparado a 2012. Esse fato está atrelado à variação negativa de 16,7% no total de processos baixados (gráfico 35).

Gráfico 35



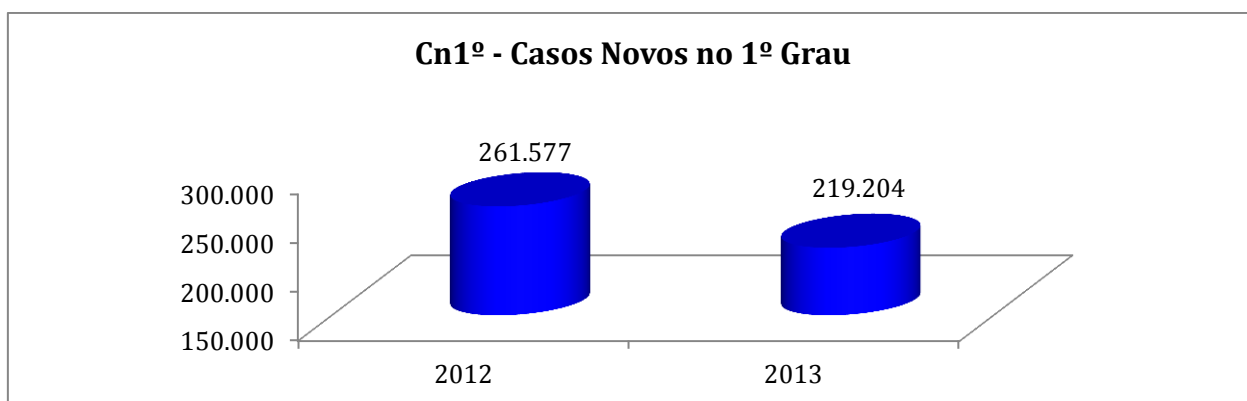
Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

1º Grau

Variáveis

O número de Casos Novos no 1º Grau (Cn1º) em 2013 foi 16,2% menor com relação ao ano de 2012. Foram registrados 261.577 casos novos em 2012. Em 2013 foram registrados 219.204, totalizando 42.373 casos a menos que no ano anterior (gráfico 36)

Gráfico 36

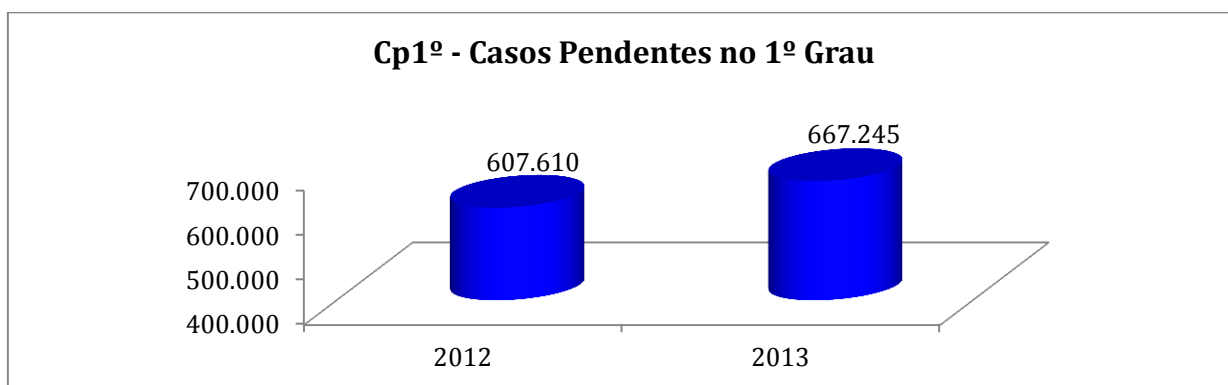


Fonte: Secretaria de Informática do TJPA



Para os casos pendentes no 1º Grau (Cp1º) acumulou 59.635 processos em 2013 apresentando 667.245 contra 607.610 no ano anterior, registrando variação de 9,8% (gráfico 37).

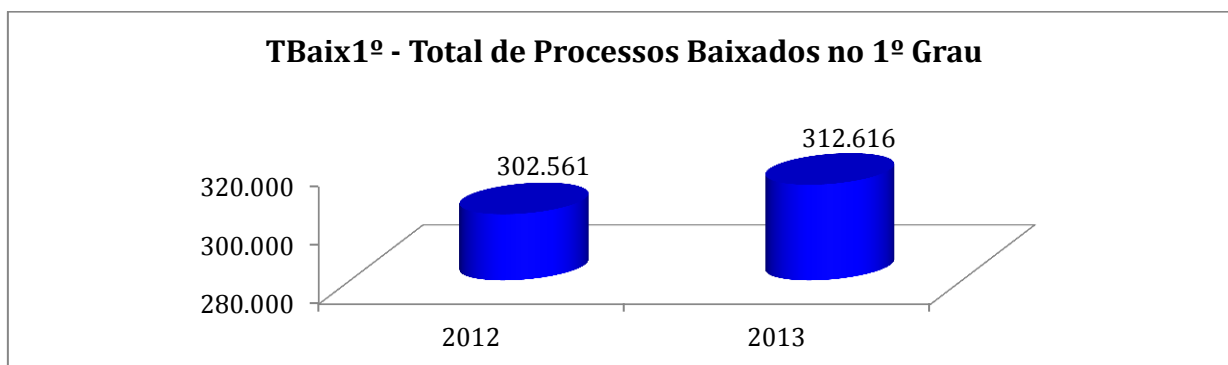
Gráfico 37



Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

Com relação ao Total de Processos Baixados no 1º grau (Tbaix1º), houve um aumento de 3,3% em relação ao ano anterior. Em 2013 foram 312.616 processos baixados, contra 302.561 em 2012 (gráfico 38).

Gráfico 38

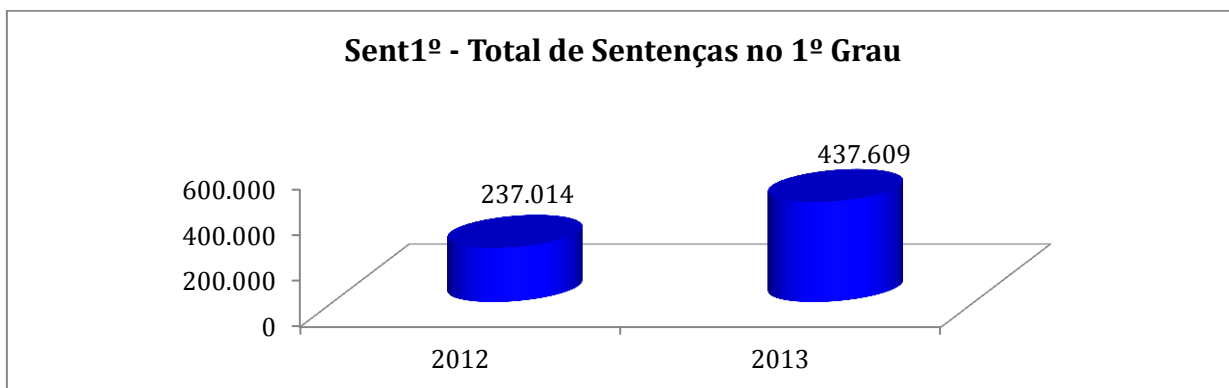


Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

Quanto ao Total de Sentenças no 1º Grau (Sent1º) houve um aumento de 84,6% representado 200.595 sentenças a mais que em 2012 (gráfico 39).



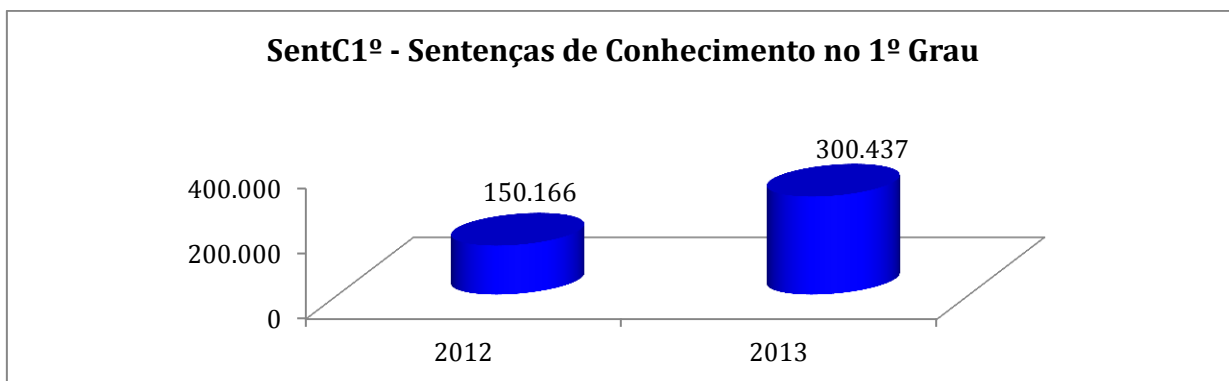
Gráfico 39



Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

O número de Sentenças de Conhecimento no 1º Grau (SentC1º) passou por um grande salto em 2013 com incremento de 100,1% comparado ao ano anterior (gráfico 40).

Gráfico 40

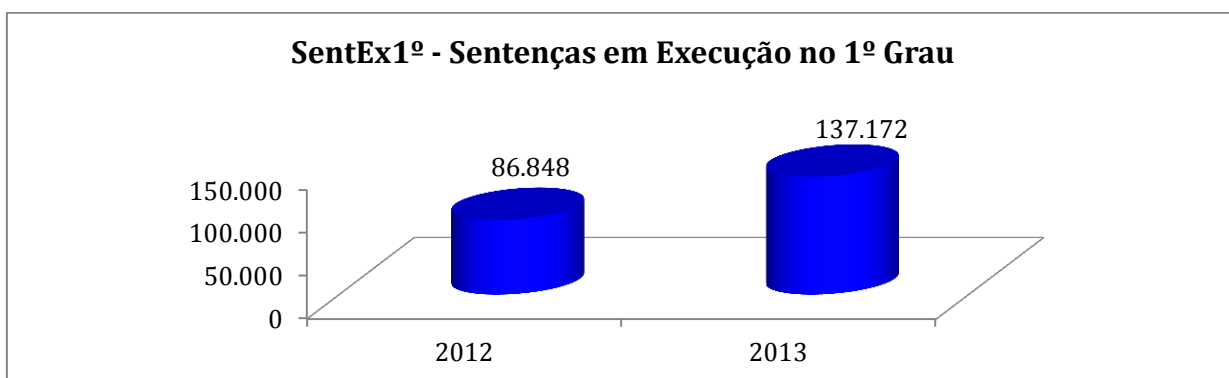


Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

Houve destaque também nas Sentenças de Execução no 1º grau (SentEx1º), em que também ocorreu variação positiva de 57,9% no ano de 2013 (gráfico 41).



Gráfico 41

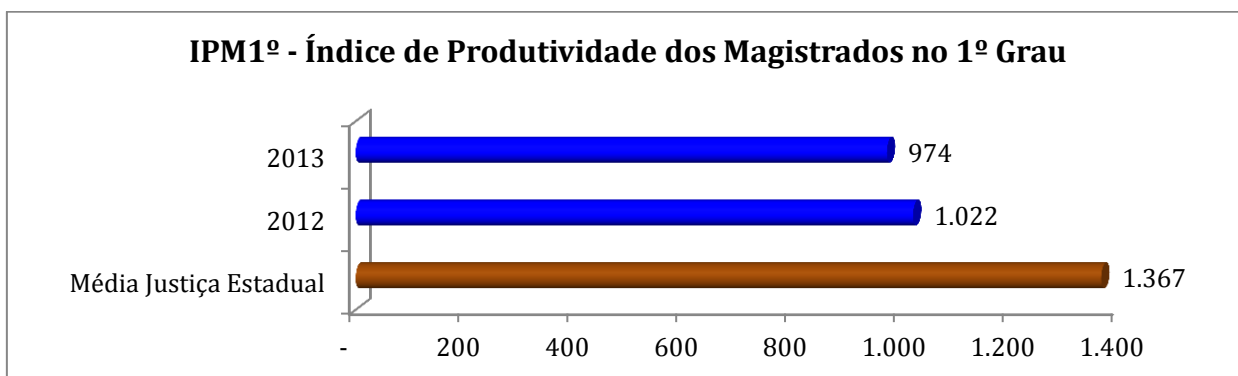


Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

Indicadores

No que compete ao Índice de Produtividade dos Magistrados no 1º Grau (IPM1º), observou-se uma redução de 2012 para 2013, ficando também abaixo da média nacional. O que gerou essa oscilação foi à redução das baixas nos processos de conhecimento de 1º Grau de 4,8%. Mesmo com o aumento do número de magistrados de 8,4% e do aumento das baixas de processos de execução de 31,1%, a queda em baixas reflete na variação do índice, uma vez que soma os resultados da produtividade tanto na fase de conhecimento como de execução (gráfico 42).

Gráfico 42

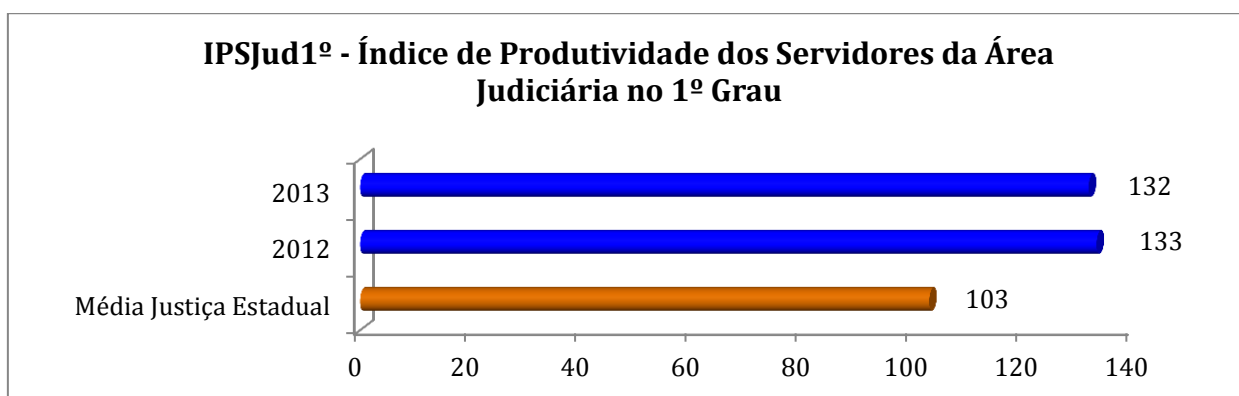


Fonte: Secretaria de Informática do TJPA



Quanto ao Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPSJud1º) a situação se repete no sentido de sofrer redução em 2013 de 0,75%, também por conta da diminuição nas baixas de processos da fase de conhecimento, ou seja, uma queda nas baixas refletiu no resultado do índice mesmo com o aumento dos servidores (gráfico 43).

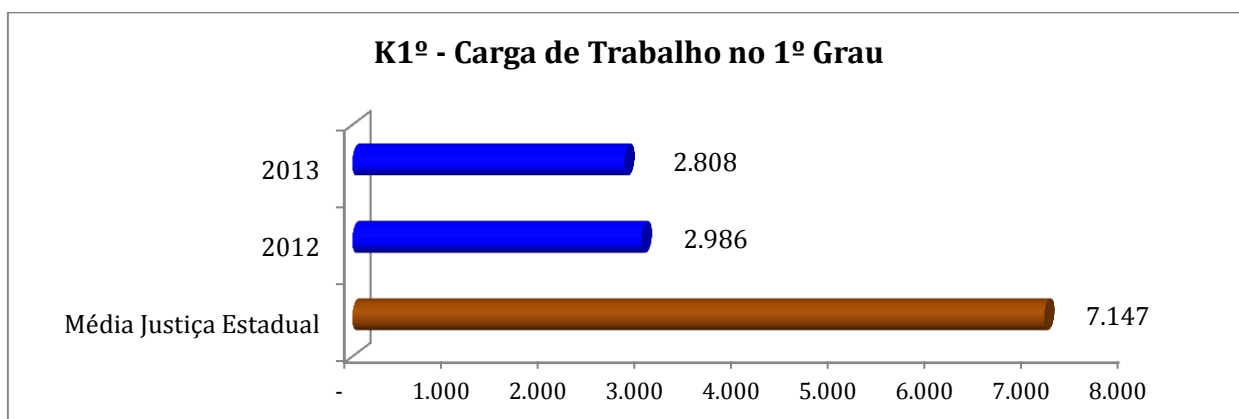
Gráfico 43



Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

A Carga de Trabalho no 1º Grau registrou queda em 2013 comparado a 2012. A diminuição de 5,9% está relacionada ao aumento de 8,4% de magistrados, essa variação influenciou no resultado (gráfico 44).

Gráfico 44

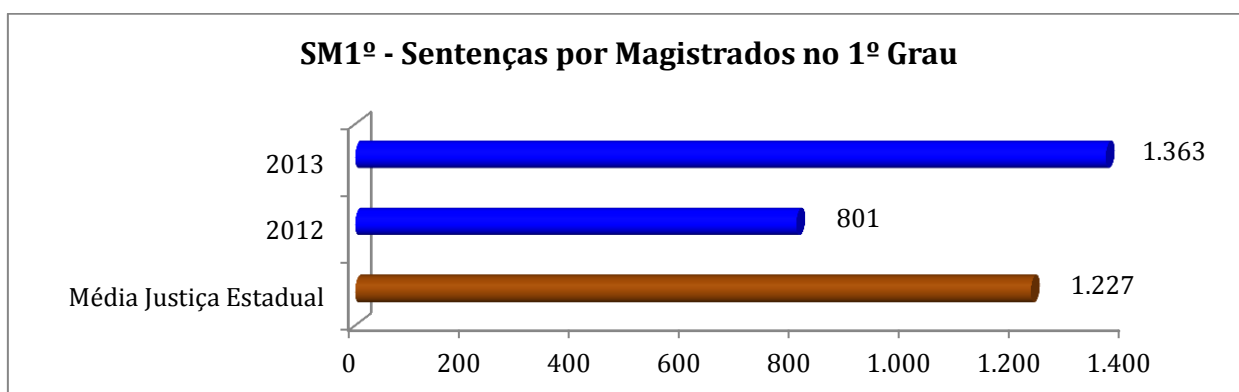


Fonte: Secretaria de Informática do TJPA



Um salto positivo foram as sentenças por magistrado no 1º Grau (Sm1º) em que elevou 70,16% no ano em análise em relação ao ano anterior. Esse pico está atrelado ao aumento de 100,1% nas sentenças de conhecimento e 57,9% nas sentenças de execução (gráfico 45).

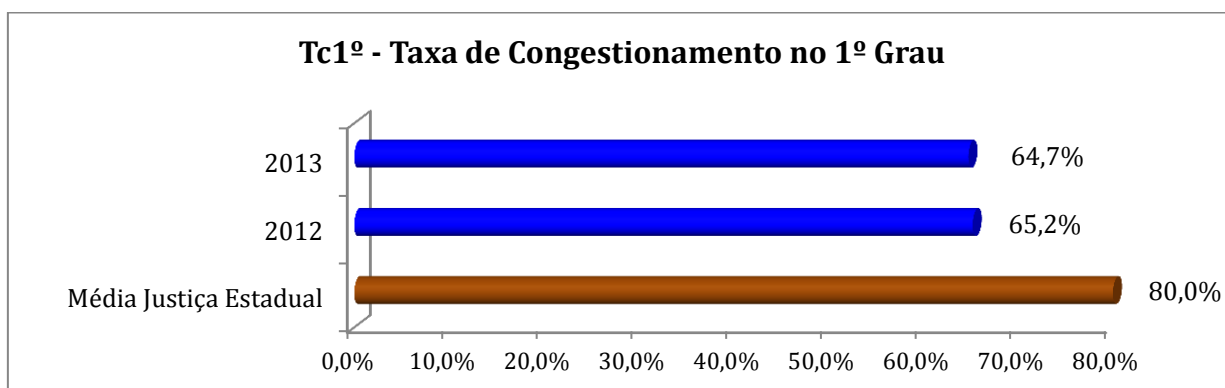
Gráfico 45



Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

Em 2013 a Taxa de Congestionamento no 1º Grau (Tc1º) que foi de 64,7% teve uma redução de 0,5 pontos percentuais ao observar 2012 (65,2%). A contribuição para essa diminuição é reflexo das baixas ocorridas na fase de execução que cresceu 31,1% e queda de 24,8% no número de casos novos de conhecimento. Esse comportamento favoreceu o resultado que manteve-se abaixo da média nacional de 80% (gráfico 46).

Gráfico 46

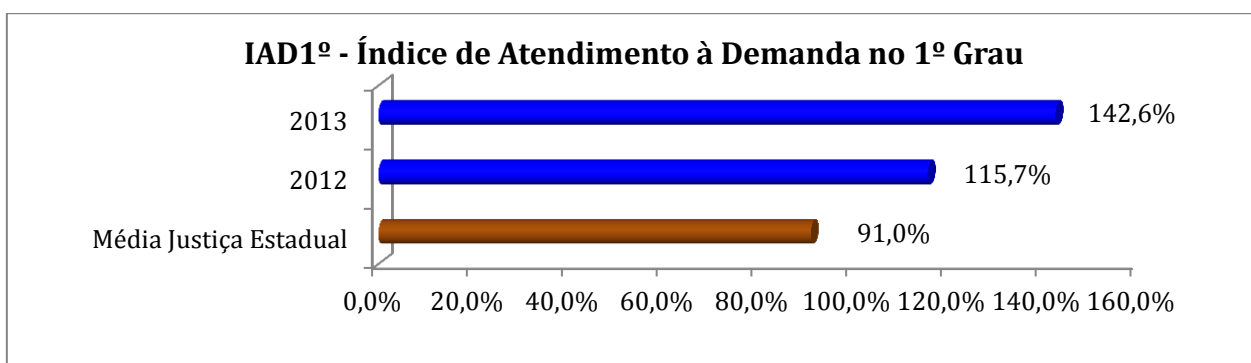


Fonte: Secretaria de Informática do TJPA



O Índice de Atendimento à Demanda (IAD1º), também conhecido como o indicador da relação entre processos baixados por casos novos, obteve no ano de 2013 um acréscimo de 26,9 pontos percentuais, em relação ao mesmo período anterior. Este resultado positivo impactou em 51,6 pontos percentuais acima da média nacional de 91% (gráfico 47).

Gráfico 47



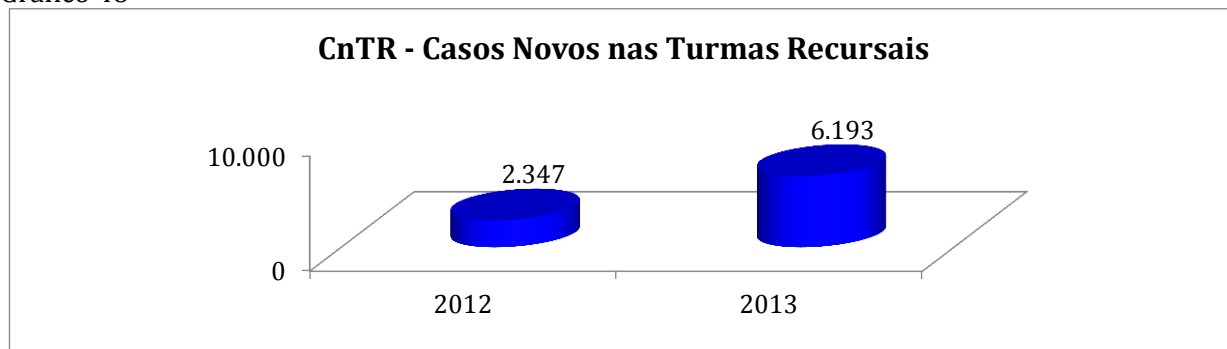
Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

Turmas Recursais

Variáveis

As Turmas Recursais receberam em 2013 quase três vezes mais recursos que no ano de 2012. O número de Casos Novos nas Turmas ultrapassou os 6.100, enquanto que no ano anterior foram recebidos pouco mais de 2.300. O aumento entre os últimos dois anos ficou na ordem de 164% (gráfico 48).

Gráfico 48

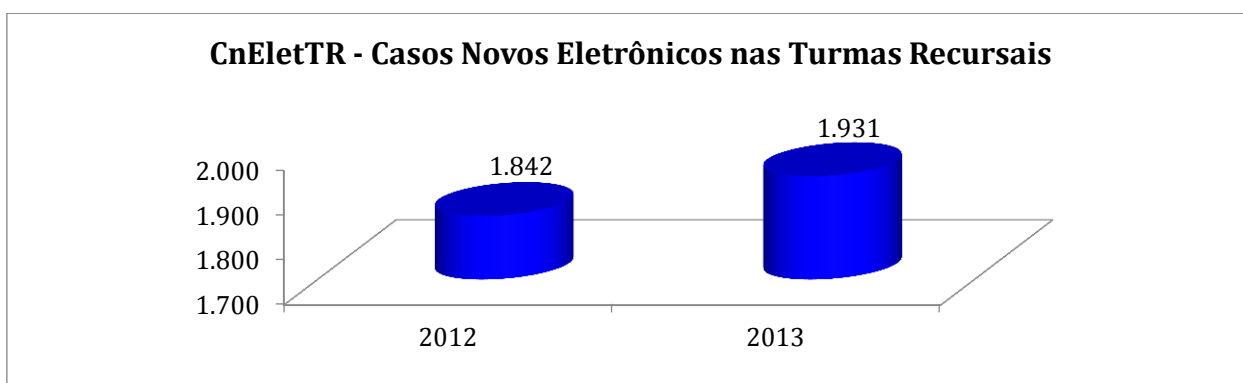


Fonte: Secretaria das Turmas Recursais do TJPA



Com relação ao quantitativo de casos novos eletrônicos também aumentou nas Turmas Recursais nos últimos dois anos, mas em escala bem inferior. Em 2012 o número de casos novos eletrônicos foi de 1.842, algo em torno de 4,8% menos recursos que o verificado em 2013, quando essa quantidade chegou a 1.931 (gráfico 49).

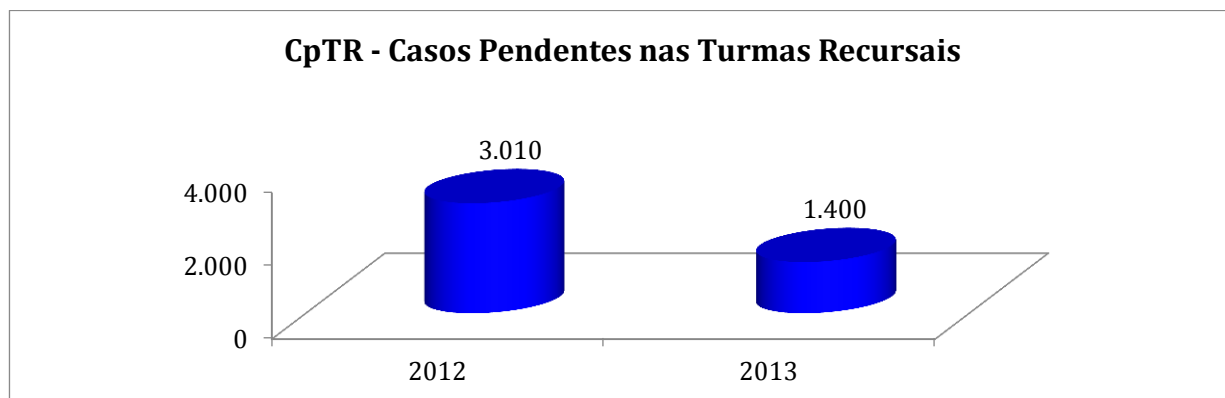
Gráfico 49



Fonte: Secretaria das Turmas Recursais do TJPA

Apesar do aumento no número de casos novos nas Turmas Recursais, a quantidade de casos pendentes reduziu em 2013, um resultado positivo, quando comparado ao mesmo período. Em 2012, foram computados 3.010 processos pendentes de baixa, enquanto que no ano seguinte este quantitativo não ultrapassou 1.400. Em termos proporcionais, a redução foi de 53,5% (gráfico 50).

Gráfico 50

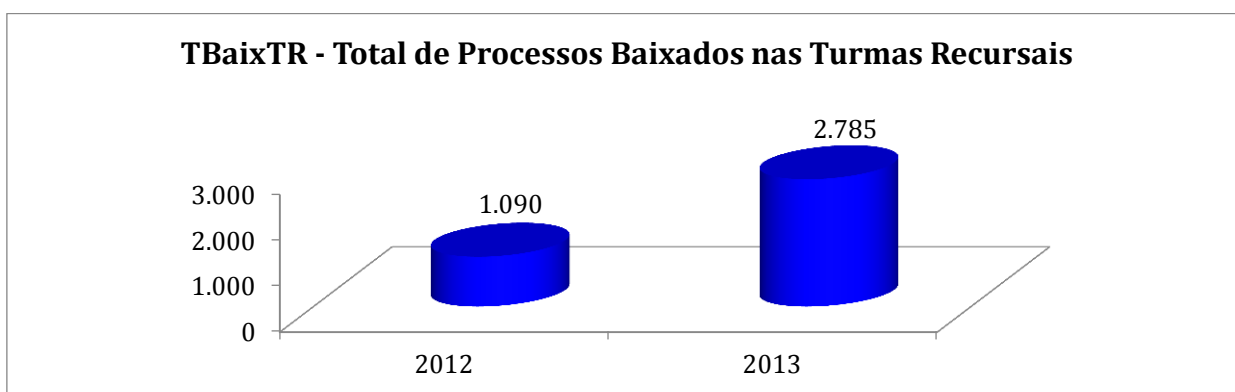


Fonte: Secretaria das Turmas Recursais do TJPA



A contribuição para a redução dos casos pendentes nas Turmas Recursais, mesmo com o aumento no número de casos novos, foi o crescimento do número de casos baixados. Esse quantitativo quase que dobrou nos dois últimos anos. Em 2012, 1.090 recursos foram baixados, contra 2.785 baixados em 2013. Um incremento na ordem de 155,5% (gráfico 51).

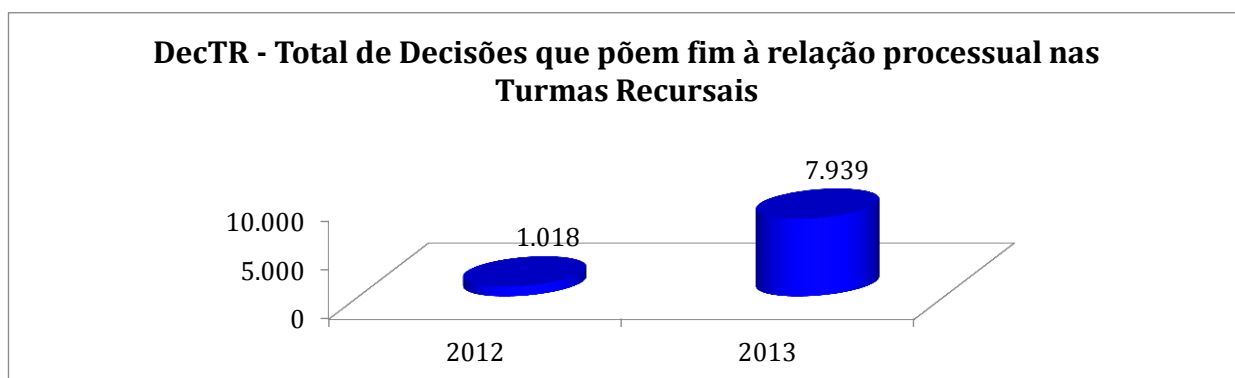
Gráfico 51



Fonte: Secretaria das Turmas Recursais do TJPA

Com relação a variável Total de Decisões que põem fim à relação processual (DecTR), o aumento da quantidade de baixas tem relação direta com o considerável crescimento desse total de decisões. Um incremento de cerca de 680% foi verificado, quando passou de um total de 1.018 decisões em 2012, para 7.939 decisões em 2013 (gráfico 52). Isso deve-se a criação de Turmas Permanentes provisórias nesta gestão para otimizar o fluxo processual inerente ao segmento da justiça.

Gráfico 52



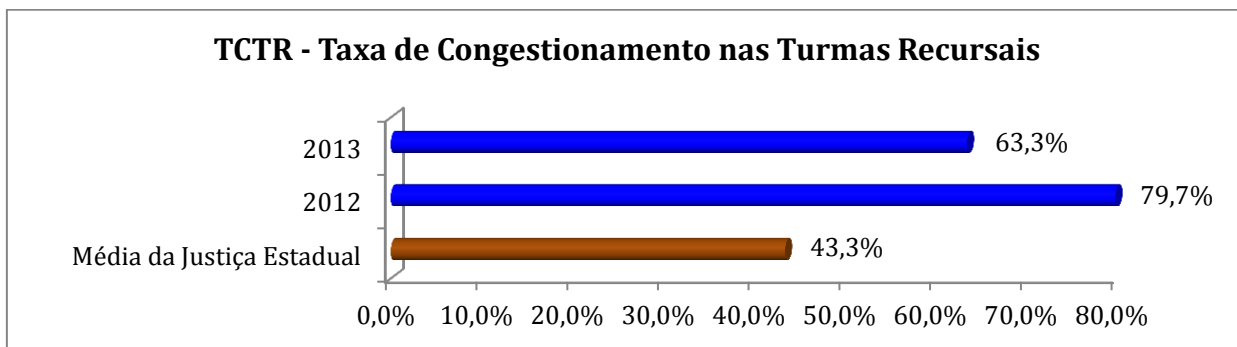
Fonte: Secretaria das Turmas Recursais do TJPA



Indicadores

A Taxa de Congestionamento nas Turmas Recursais reduziu no último ano, passou de 79,7% em 2012 para 63,3% no ano seguinte, representando uma queda de 16,4 pontos percentuais, a maior redução dentre todos os segmentos de justiça (2º Grau, 1º Grau e Juizados Especiais). Entretanto, o congestionamento continua acima da média nacional da justiça estadual, que é de 43,3% (gráfico 53).

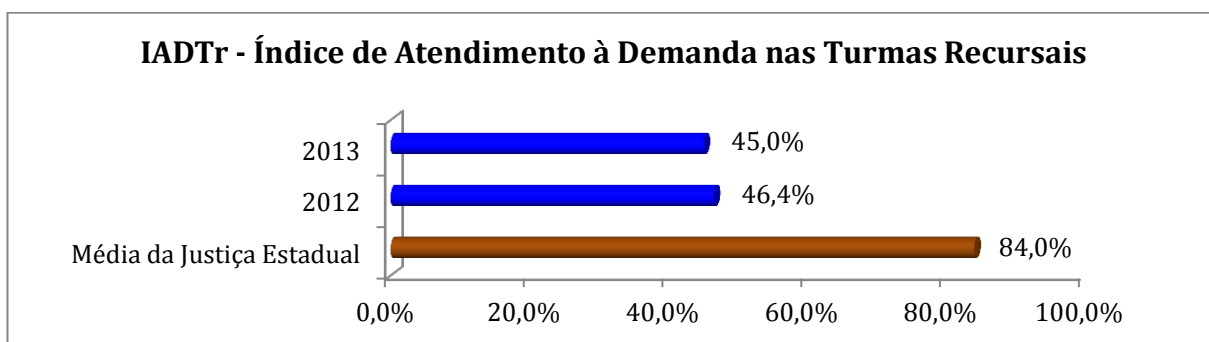
Gráfico 53



Fonte: Secretaria das Turmas Recursais do TJPA

Quanto ao Índice de Atendimento à Demanda, houve uma redução de 1,4 pontos percentuais, quando passou dos 46,4% de 2012, para 45% em 2013, inferior ao patamar médio nacional de 84%. Esse fato está relacionado ao aumento dos casos novos em 163,8%, sendo que as baixas, apesar de também terem tido alta, apresentaram um crescimento de 155,5%, inferior aos ingressos em 8,37 pontos percentuais (gráfico 54).

Gráfico 54



Fonte: Secretaria das Turmas Recursais do TJPA

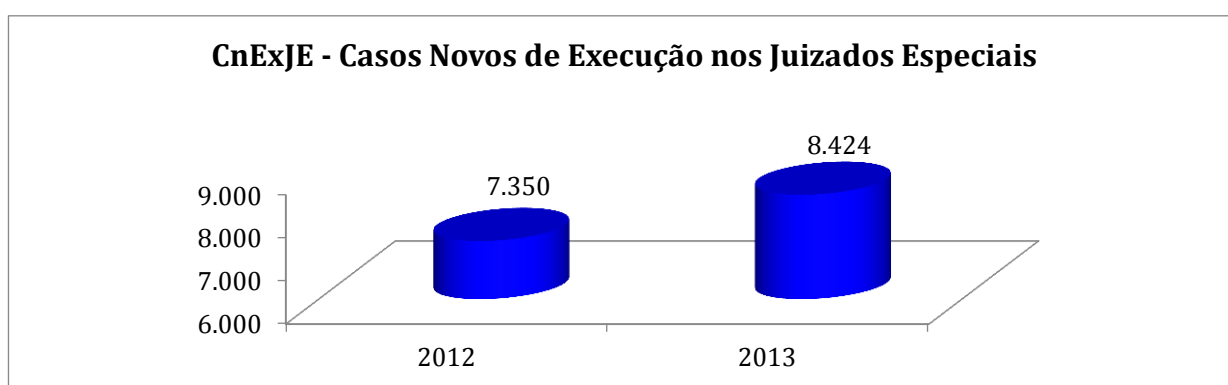


Juizados Especiais

Variáveis

A quantidade de casos novos na fase de execução (CnExJE) aumentou de um ano para o outro. Um acréscimo de 14,6% que em termos absolutos representa um incremento de mais de mil processos novos (gráfico 55).

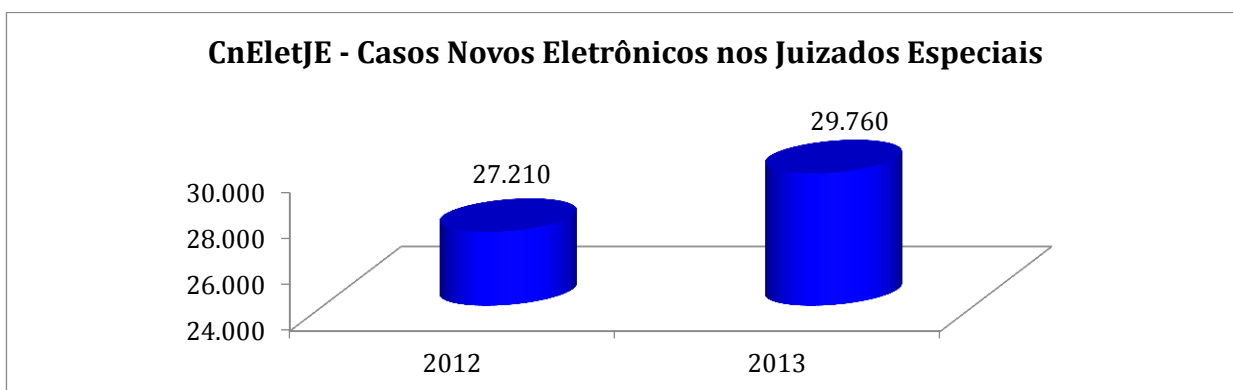
Gráfico 55



Fonte: Secretaria de Informática e Juizados Especiais do TJPA

Também houve aumento no número de casos novos eletrônicos nos juizados especiais (CnEletJE), que chegou a 9,4%, quando passou de 27.210 em 2012, para 29.760 em 2013, ou seja, no último ano foram recebidos 2.550 a mais que no ano anterior (gráfico 56).

Gráfico 56

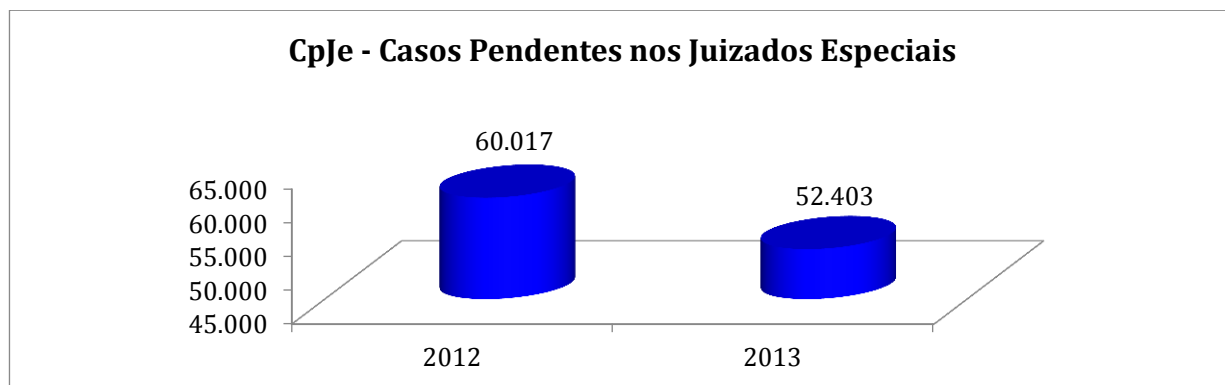


Fonte: Secretaria de Informática e Juizados Especiais do TJPA



Os juizados especiais iniciaram o ano de 2013 com 52.403 Casos Pendentes de baixas (CpJe), sendo 7.614 processos a menos que no ano anterior, cujo quantitativo de pendentes chegou a 60.017, o que equivale a um decréscimo de mais de 30% (gráfico 57).

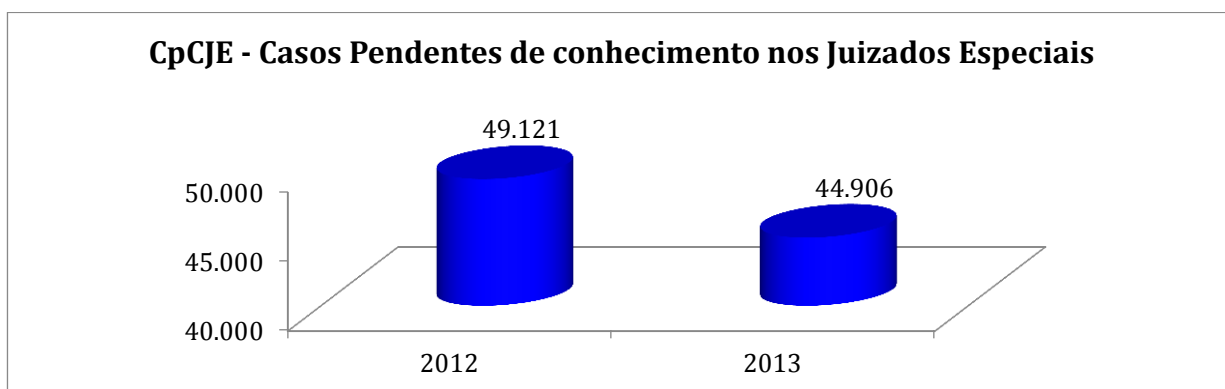
Gráfico 57



Fonte: Secretaria de Informática e Juizados Especiais do TJPA

A diminuição de casos pendentes de 2012 a 2013 também se repetiu quando considerados separadamente os feitos na fase de conhecimento e na fase de execução. Na fase de conhecimento a redução foi de 8,5% enquanto que na fase de execução teve uma queda de 31,2% (gráfico 58 e 59).

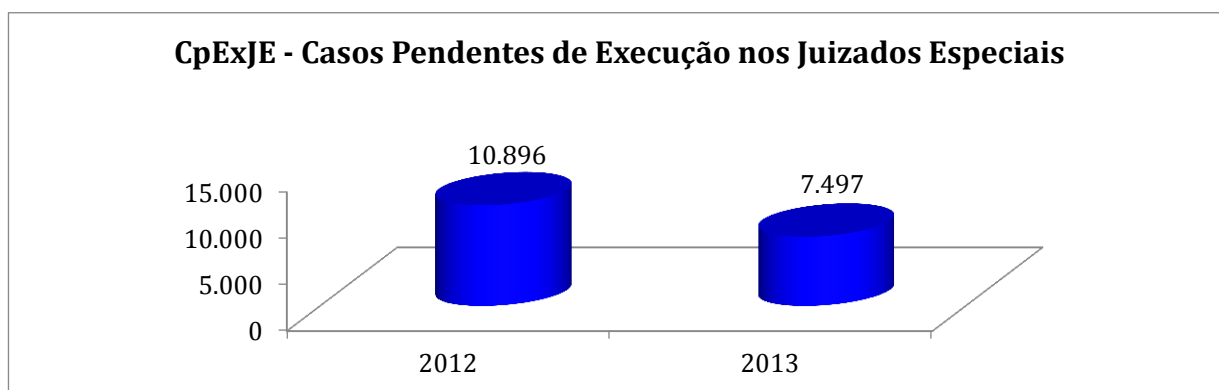
Gráfico 58



Fonte: Secretaria de Informática e Juizados Especiais do TJPA



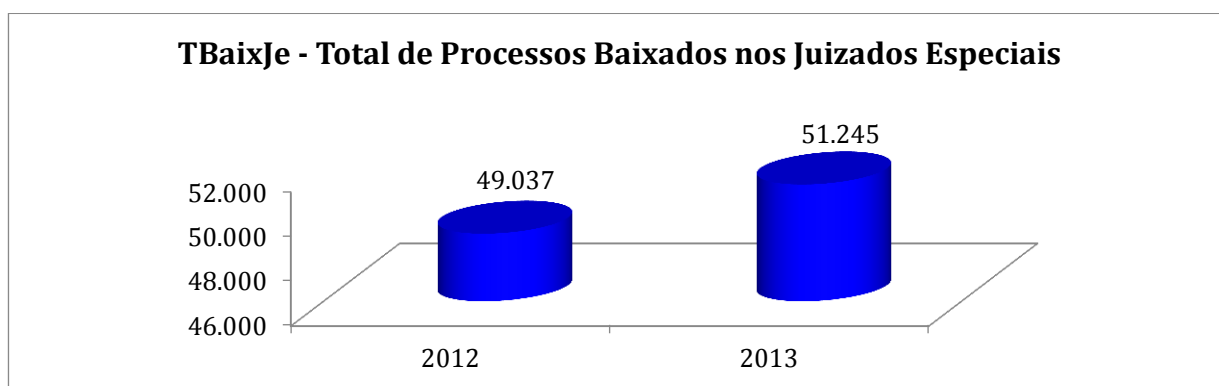
Gráfico 59



Fonte: Secretaria de Informática e Juizados Especiais do TJPA

Vale ressaltar que a diminuição na quantidade de casos pendentes, conforme verificado, é consequência tanto da já citada redução no número de casos novos e o aumento na quantidade de processos baixados. Os Juizados Especiais baixaram em 2013 2.208 processos a mais que em 2012, um aumento na ordem de 4,5% (gráfico 60).

Gráfico 60



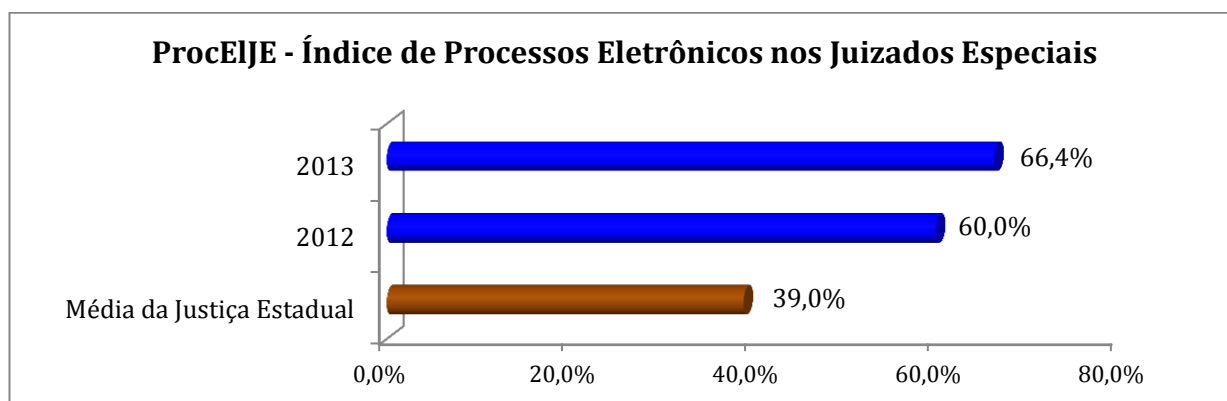
Fonte: Secretaria de Informática e Juizados Especiais do TJPA

Indicadores

O Índice de Processos Eletrônicos nos Juizados Especiais (ProcElJE) cresceu de 2012 para 2013 em 6,4 pontos percentuais. Naquele ano, o índice era de 60%, enquanto que em 2013 foi de 66,4%, permanecendo bem acima da média nacional registrada para os Tribunais de Justiça Estaduais de 39% (gráfico 61).



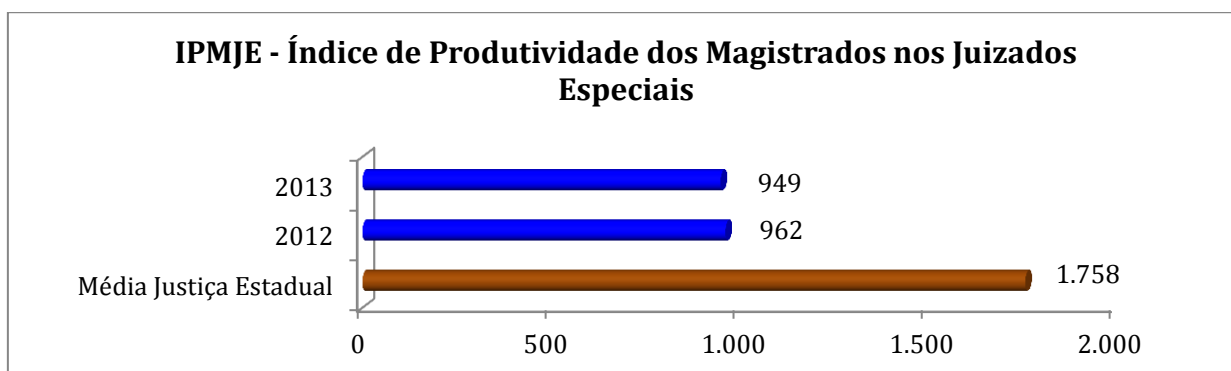
Gráfico 61



Fonte: Secretaria de Informática e Juizados Especiais do TJPA

É válido destacar que o Índice de Produtividade dos Magistrados (IPMJE) teve uma queda discreta de 1,3% em 2013. Essa redução está relacionada a dois fatores: aumento de 5,9% no total de magistrados e a redução nas baixas de processos de Execução de 13,9%. Quanto ao Índice de Produtividade dos Servidores (IPSJudJE), este apresentou um aumento de 1,4% de um ano para o outro (gráfico 62 e 63).

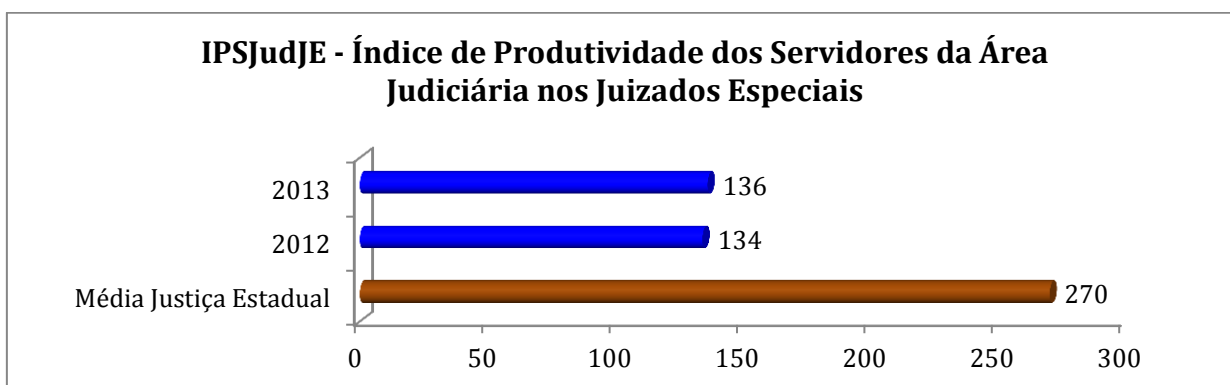
Gráfico 62



Fonte: Secretaria de Informática e Juizados Especiais do TJPA



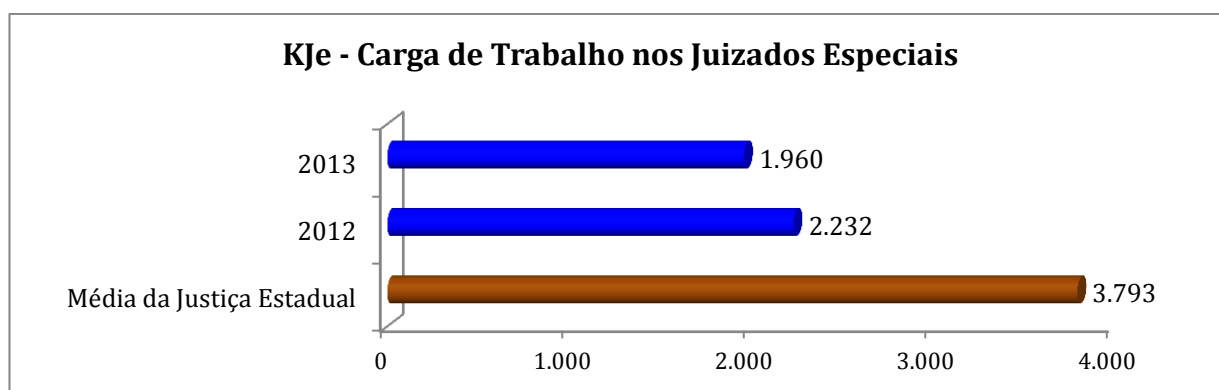
Gráfico 63



Fonte: Secretaria de Informática e Juizados Especiais do TJPA

Quanto à Carga de Trabalho nos Juizados Especiais (KJe) esta caiu 12,1% em 2013, em comparação a 2012, variando positivamente devido a diminuição nos casos novos de conhecimento de 1,5%, casos pendentes de conhecimento de 8,5%, recursos internos de conhecimento 32,1%, recursos internos pendentes de 68,5%, casos pendentes de execução 31,1% e incidentes de execução de 34,4%, além do aumento do número de magistrados dos juizados especiais de 5,88% (gráfico 64).

Gráfico 64

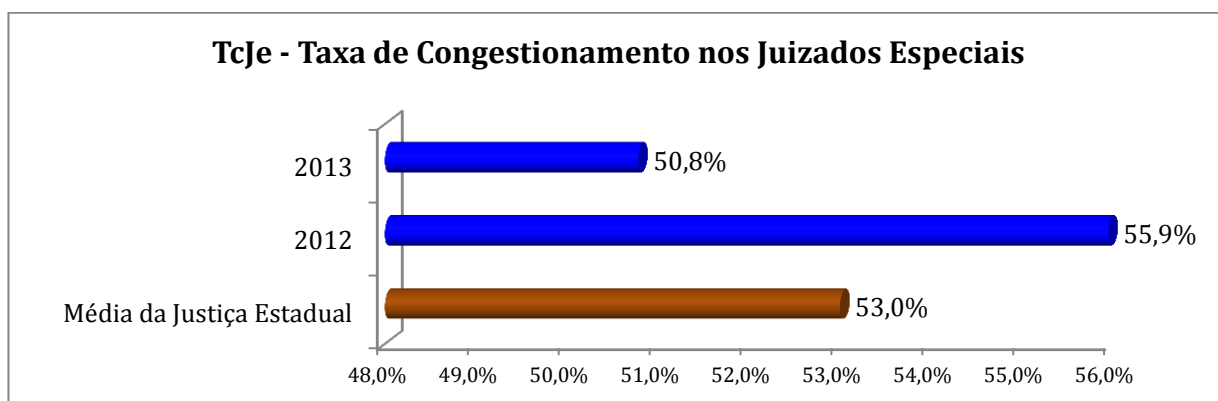


Fonte: Secretaria de Informática e Juizados Especiais do TJPA

Em 2013, a Taxa de Congestionamento nos Juizados Especiais (TcJe) foi 5,1 pontos percentuais menor que a verificada em 2012, ficando também 2,2 pontos percentuais abaixo que a média nacional de 53% (gráfico 65).



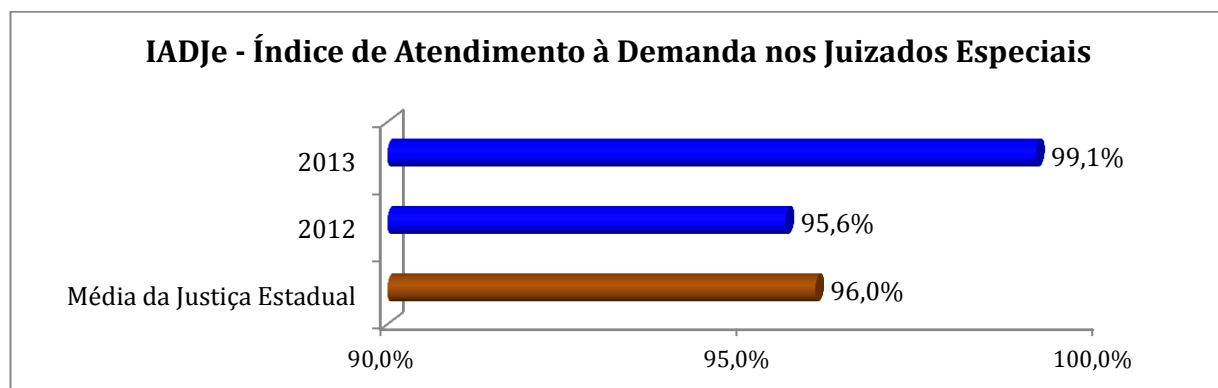
Gráfico 65



Fonte: Secretaria de Informática e Juizados Especiais do TJPA

Quanto ao Índice de Atendimento à Demanda (IADJe) apresentou-se na ordem de 99,1%, 3,6 pontos percentuais acima de 2012, positivamente, e 3,1 pontos percentuais acima da média nacional, de 96% (gráfico 66).

Gráfico 66



Fonte: Secretaria de Informática e Juizados Especiais do TJPA



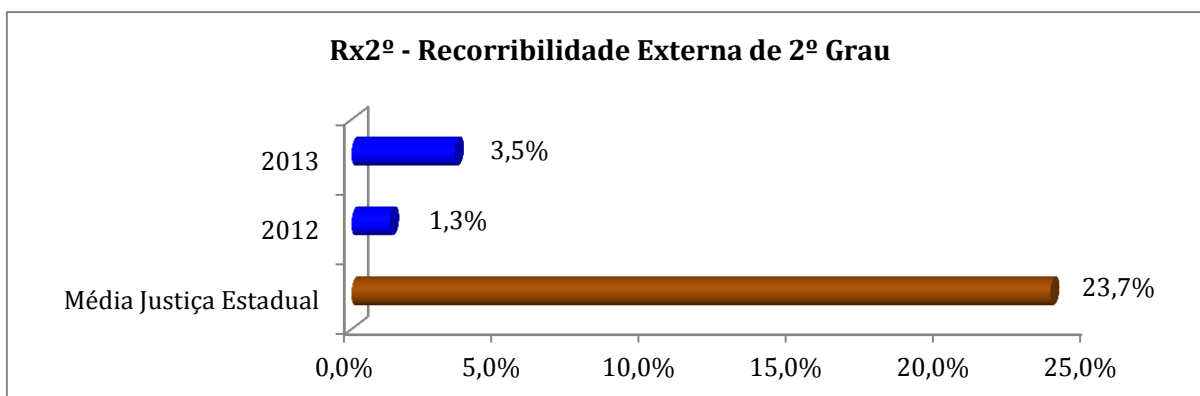
RECORRIBILIDADE

2º Grau

Indicadores

Percebe-se que a Recorribilidade Externa (3,5%) registrou acréscimo de 2,2 pontos percentuais em 2013 comparado ao ano anterior, bem como queda em relação à média nacional de 23,7% (gráfico 67).

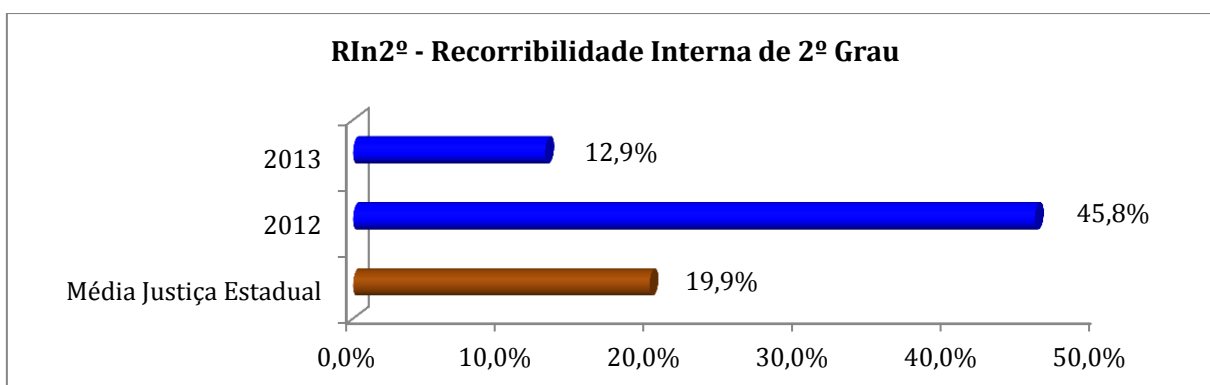
Gráfico 67



Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

Quanto a Recorribilidade Interna observou-se que em 2013 (12,9%) apresentou uma queda de 30,3 pontos percentuais em relação a 2012 (45,8%). Quanto à situação do indicador comparado ao resultado da média nacional da Justiça Estadual de 19,9%, este ficou abaixo em 7 pontos percentuais (gráfico 68).

Gráfico 68



Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

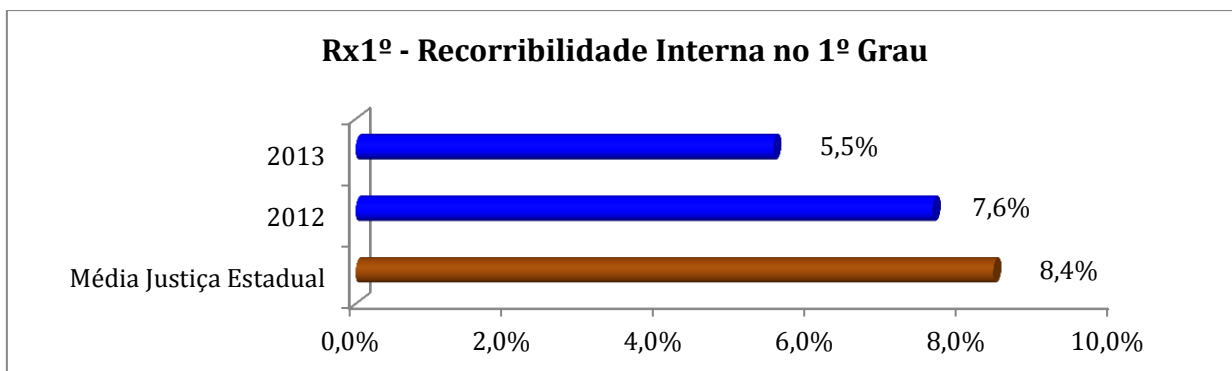


1º Grau

Indicadores

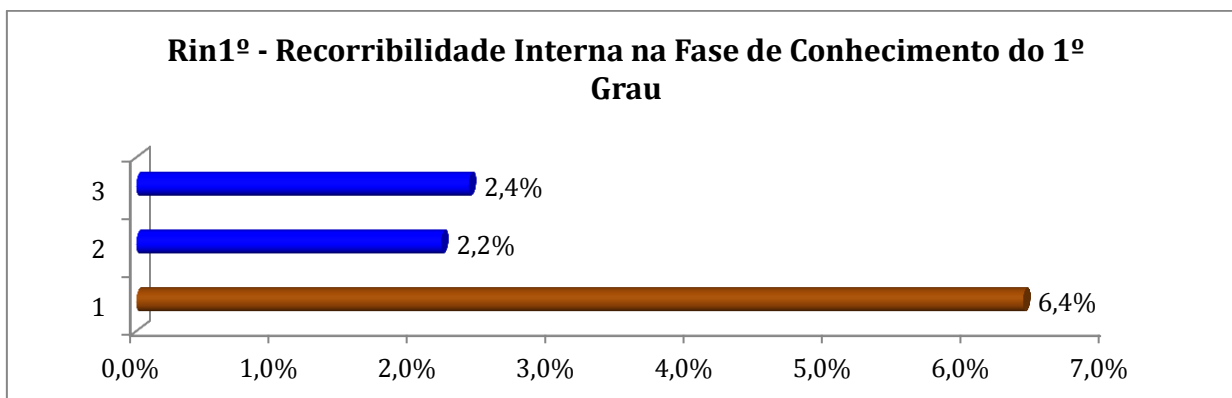
No 1º Grau a Recorribilidade Externa (Rx1º) teve uma redução de 2,1 pontos percentuais de 2012 para 2013. Quanto à Recorribilidade Interna na fase de conhecimento (Rin1º) houve um aumento de 0,2 pontos percentuais, sendo que os dois indicadores ficaram abaixo da média nacional dos tribunais estaduais (gráficos 69 e 70).

Gráfico 69



Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

Gráfico 70



Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

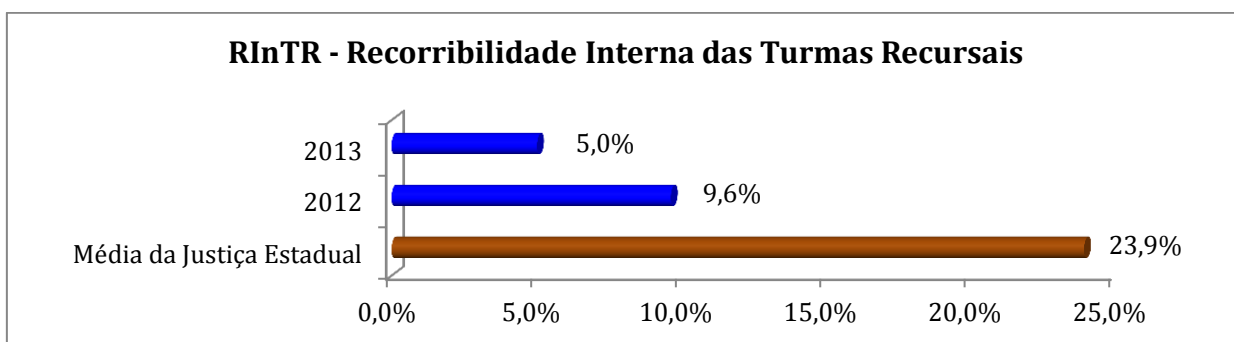


Turmas Recursais

Indicador

O indicador de Recorribilidade Interna das Turmas Recursais (RinTR) reduziu 4,6 pontos percentuais e passou de 9,6%, em 2012, para apenas 5,0% em 2013, ficando 18,9 pontos percentuais abaixo da média nacional de 23,9% (gráfico 71).

Gráfico 71



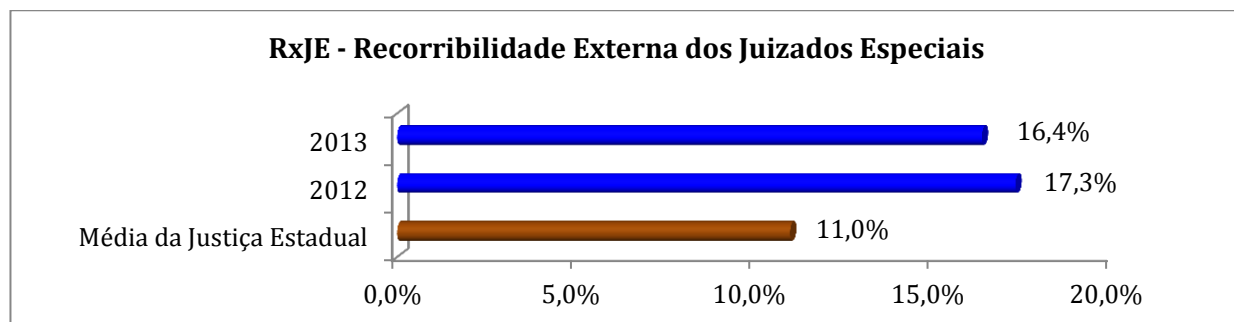
Fonte: Secretaria das Turmas Recursais do TJPA

Juizados Especiais

Indicadores

A Recorribilidade Externa dos Juizados Especiais (RxJE) reduziu 0,9% no último ano, e continua acima da média nacional (11%). Em 2012 foi de 17,3%, enquanto que em 2013 de 16,4% (gráfico 72).

Gráfico 72

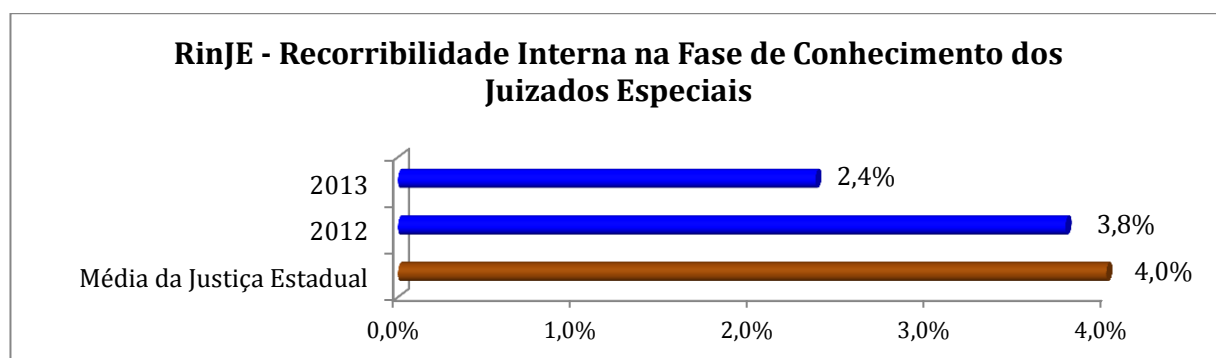


Fonte: Secretaria de Informática e Juizados Especiais do TJPA



Quanto à Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais (RinJE), verificou-se uma redução no último ano. Essa recorribilidade que apresentou resultado de 3,8%, em 2012, baixou 1,6 pontos percentuais e findou o ano em 2,4% (gráfico 73).

Gráfico 73



Fonte: Secretaria de Informática e Juizados Especiais do TJPA



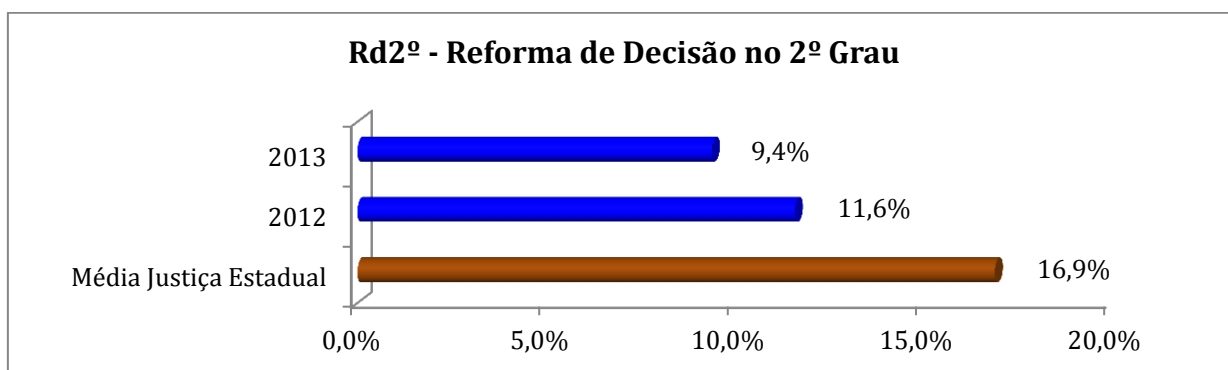
REFORMA DE DECISÃO

2º Grau

Indicador

O indicador de Reforma de Decisão no 2º grau (Rd2º) diminuiu de 2012 para 2013 em 2,2 pontos percentuais, quando registrou 11,6% e 9,4% respectivamente. O grau de reforma de decisão apresentou um resultado inferior à média nacional de 16,9%, na ordem de 7,5 pontos percentuais (gráfico 74).

Gráfico 74



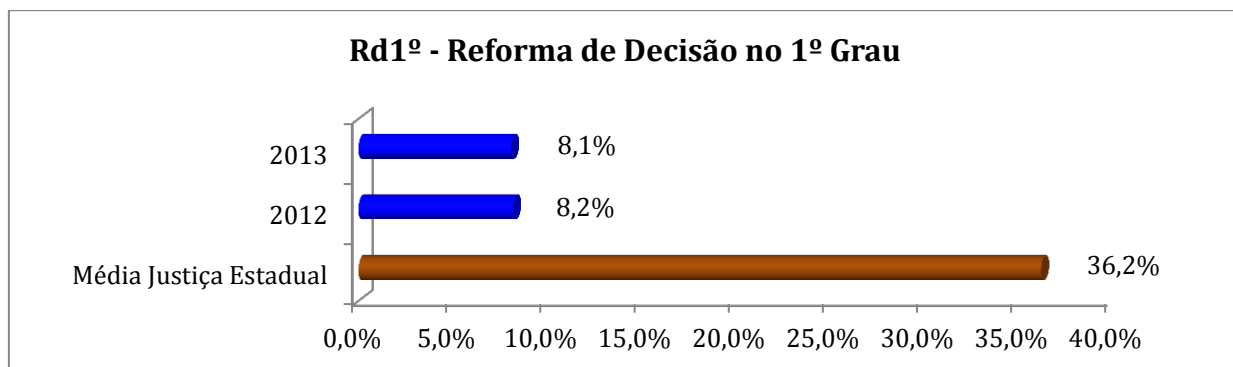
Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

1º Grau

Indicador

No 1º Grau a Reforma de Decisão no 1º grau (Rd1º) registrou índice abaixo da média nacional (36,2%) e redução de 0,1 pontos percentuais entre 2012 e 2013 (gráfico 75).

Gráfico 75



Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

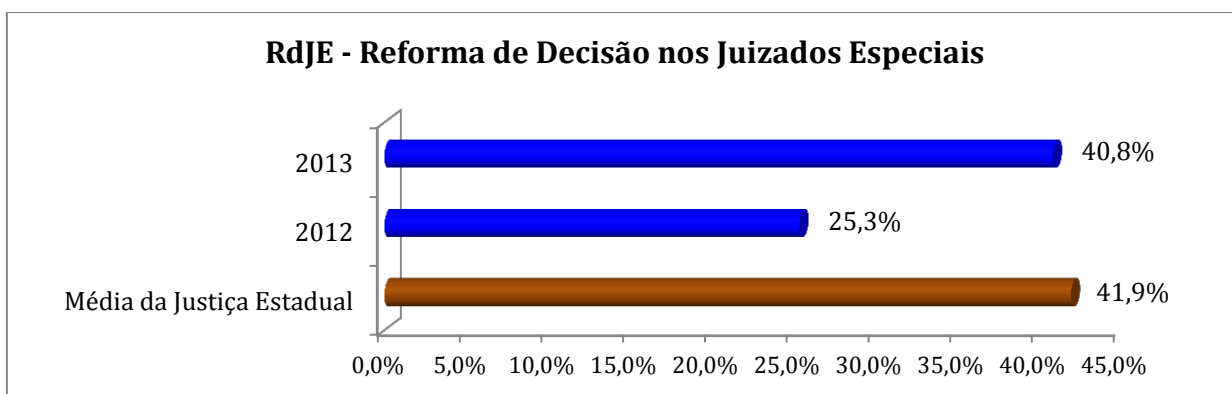


Juizados Especiais

Indicador

A Reforma de Decisão no âmbito dos Juizados Especiais (RdJE) alcançou 40,8% em 2013, 1,1 pontos percentuais abaixo da média nacional que ficou em 41,9% e 15,5 pontos percentuais em relação a 2012 (gráfico 76).

Gráfico 76



Fonte: Secretaria de Informática e Juizados Especiais do TJPA

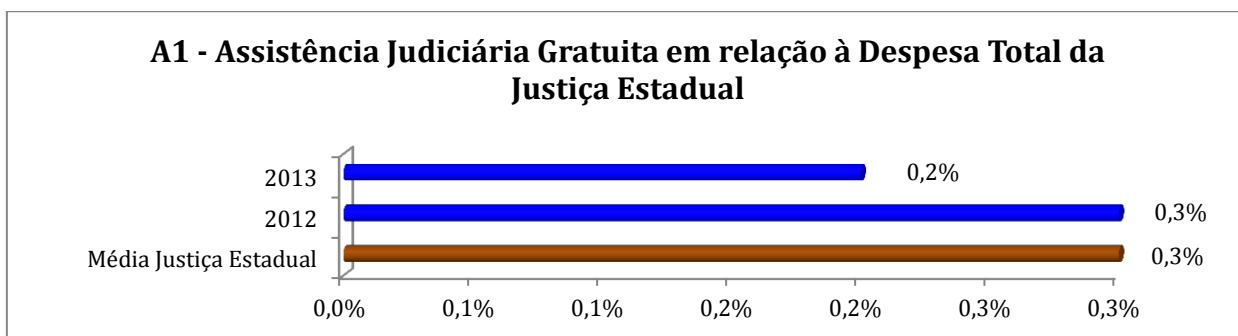
ACESSO À JUSTIÇA E PERFIL DAS DEMANDAS

ACESSO À JUSTIÇA

Indicadores

A Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça Estadual (A1), foi um pouco menor em 2013 (0,2%), que no ano anterior (0,3%), ficando também abaixo da média Nacional da Justiça Estadual (gráfico 77).

Gráfico 77

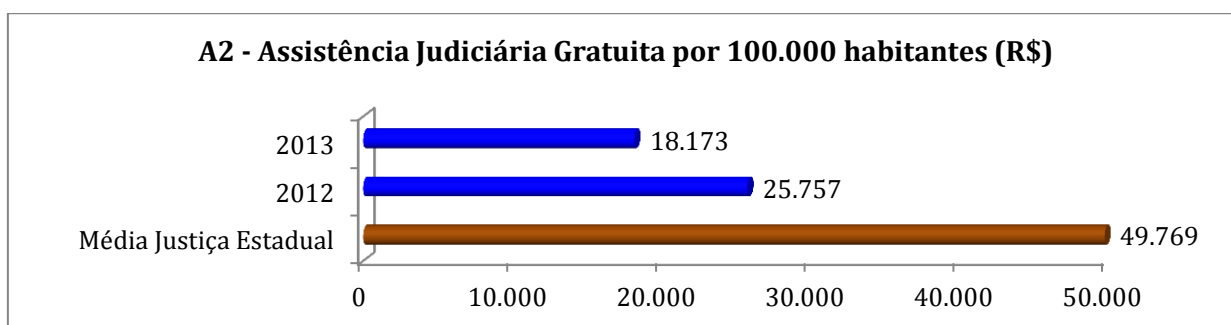


Fonte: Secretaria de Informática, Divisão de Compras e Serviço de Prestação de Contas do TJPA



Em 2013, a assistência judiciária gratuita por 100 mil habitantes (A2) contabilizou o montante de R\$18.173. Esse quantitativo decresceu 29% comparado ao resultado de 2012 que foi de R\$25.757, e abaixo da média nacional de R\$ 49.769,29. A redução é decorrente da diminuição dos valores pagos a título de Assistência Judiciária (gráfico 78).

Gráfico 78



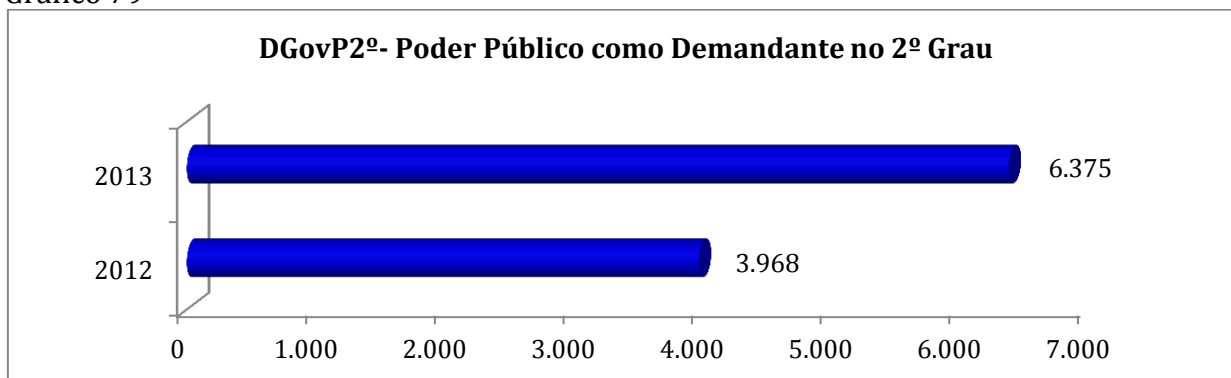
Fonte: Secretaria de Informática, Divisão de Compras e Serviço de Prestação de Contas do TJPA

PERFIL DAS DEMANDAS

Indicadores

O indicador do número de ações em que o poder público é o **DEMANDANTE** no 2º Grau (DGovP2º) fechou 2013 com 6.375 processos, cerca de 61% acima do quantitativo de 2012 que foi de 3.968. Já o 1º Grau registrou 189.678 processos, cerca de 150% a mais do que em 2012 de 75.856 (gráficos 79 e 80).

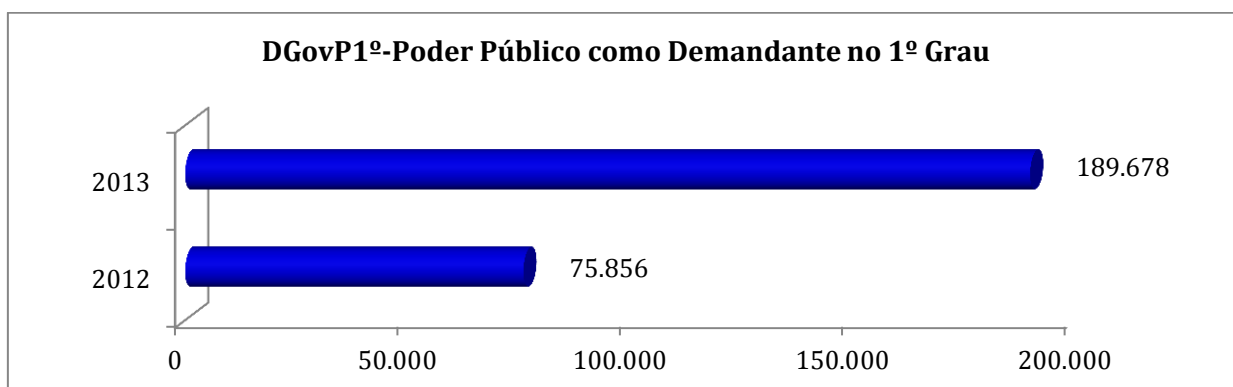
Gráfico 79



Fonte: Secretaria de Informática do TJPA



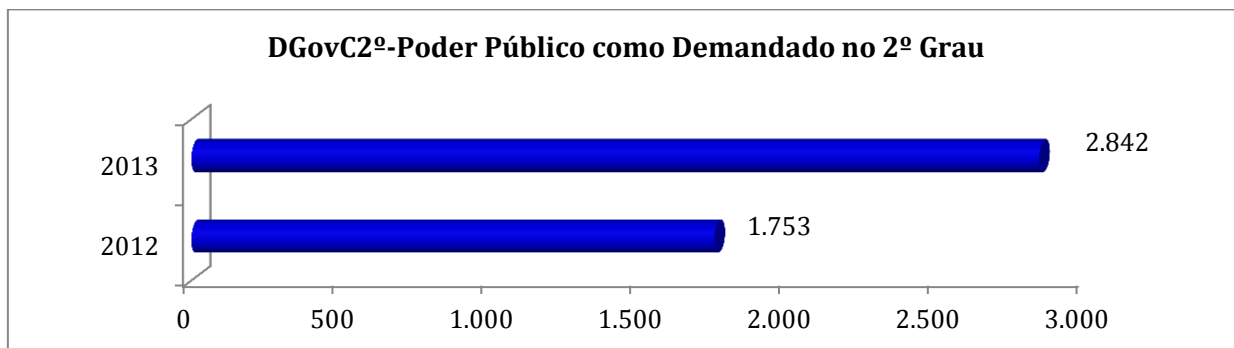
Gráfico 80



Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

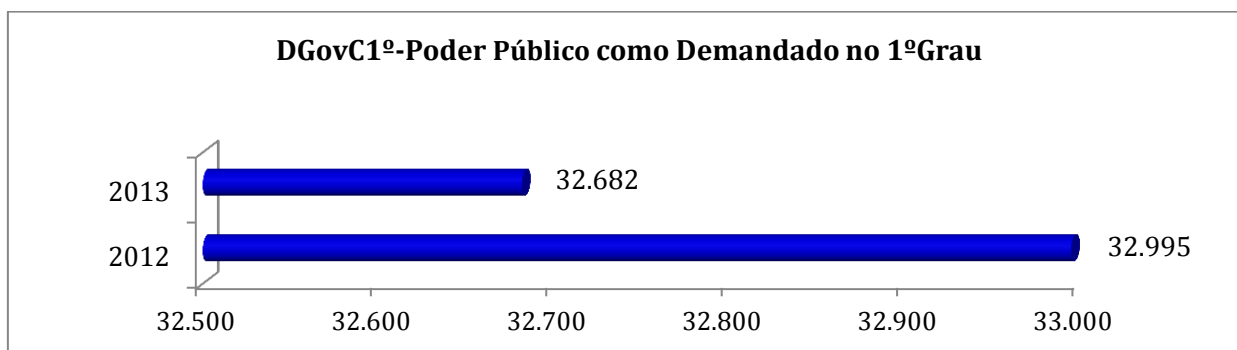
Como **DEMANDADO**, no 2º Grau (DgovC2º), o poder público registrou em 2013 quantitativo de 2.842 processos, contra 1.753 em 2012, uma alta de 62%. Quanto ao 1º Grau (DgovC1º), 2013 apresentou 32.682, 313 processos a menos que no ano anterior (gráficos 81 e 82).

Gráfico 81



Fonte: Secretaria de Informática do TJPA

Gráfico 82



Fonte: Secretaria de Informática do TJPA